



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XX — Nº 87

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDENCIA

#### SESSAO CONJUNTA

Em 30 de junho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais) aos Projetos de Lei:

- 1º Nº 2.300-C/64 na Câmara e nº 225/64 no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste.
- 2º Nº 2.426-64 na Câmara e nº 313-64 no Senado, que fixa os vencimentos dos membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União e dá outras providências;
- 3º Nº 942-B/63 na Câmara e nº 236/64 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e julgamento na 4ª Região de Justiça do Trabalho e dá outras providências;
- 4º Nº 2.200-E/64 na Câmara e nº 206/64 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965;
- 5º Nº 2.349-B/64 na Câmara e nº 242/64 no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadrienais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação;
- 6º Nº 817-E/59 na Câmara e nº 251/64 no Senado, que permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Disposição a que se refere
		<b>PRIMEIRO VETO</b>
1	1º	Art. 7º e seu parágrafo.
		<b>SEGUNDO VETO</b>
2	2º	Art. 3º e seu parágrafo.
		<b>TERCEIRO VETO</b>
3	3º	Art. 3º (palavras vetadas).
		<b>QUARTO VETO</b>
4	4º	Art. 6º (caput) — palavras vetadas. Parág. único do art. 6º.
		<b>QUINTO VETO</b>
5	5º	§ 2º do art. 7º (palavra vetada).
		<b>SEXTO VETO</b>
6	6º	Do art. 1º as palavras "até a data desta lei".
7	6º	Do art. 1º as palavras "e débitos de auxílios financeiros e outras contribuições atinentes à segurança da família."
8	6º	Do art. 1º, as palavras "concedidas pelas referidas entidades".

#### SESSAO CONJUNTA

Em 1º de julho de 1965, às 10 horas

#### ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Emenda à Constituição número 4, de 1965, (C.N.) de iniciativa do Sr. Presidente da República, que torna necessária a declaração de bens para candidatos a cargos eletivos, veda e considera nulos, de pleno direito, os atos praticados nos noventa dias anteriores a data das eleições federais, estaduais e municipais e até o término do mandato do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos, de nomeação ou admissão de pessoal, contrato de obras, aquisição de equipamentos e máquinas, distribuição de fundos ou verbas globais e autorização de empréstimos.

#### SESSAO CONJUNTA

Em 1º de julho de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (totais) aos Projetos de Lei:

- 1º Nº 2.661-B/61 na Câmara e nº 192/64 no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa, ex-Instituto do Radium, no Estado de Minas Gerais;
- 2º Nº 2.569-C/61 na Câmara e nº 6/64 no Senado, que federaliza o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências;
- 3º Nº 2.570-C/61 na Câmara e nº 126/64 no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia e dá outras providências;
- 4º Nº 333-B/63 na Câmara e nº 173/64 no Senado, que isenta I Instituto de Previdência do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A.", situada à Rua do Sol nº 143, em Recife;
- 5º Nº 2.158-B/64 na Câmara e nº 297/64 no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concurso público para candidatos habilitados que estejam executivo;
- 6º 2.179-A/65 na Câmara e nº 34/65 no Senado, que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto a que se refere (totalidade do projeto)
nº	
1	Primeiro
2	Segundo
3	Terceiro
4	Quarto
5	Quinto
6	Sexto

**Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial**

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 30 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.626-B, de 1961, na Câmara e nº 73-64, no Senado, que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. Senado Federal, 1 de junho de 1963.

AURO MOURA ANTRADE  
Presidente

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 70, § 3º, da Constituição e no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum e tendo em vista que numerosos vetos presidenciais pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, alguns transferidos de datas anteriormente marcadas e outros recentemente recebidos, resolve:

a) convocar sessões conjuntas para os dias 1, 6, 7, 13, 14, 15, 20 e 21 de junho próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados;

b) dar a essas sessões e às já convocadas para os dias 9, 10, 13, 16, 22, 23 e 30 de junho a destinação constante da relação anexa.

Senado Federal, 8 de junho de 1963.

AURO MOURA ANTRADE  
Presidente

### Vetos presidenciais a serem apreciados no período de 8 de junho a 21 de julho de 1963

Dia 30 de junho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.303-C-64, na Câmara e número 225-64, no Senado, que dispõe sobre a liquidação, por acordo, das desapropriações efetuadas no Nordeste (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.426-64, na Câmara, e número 813-64, no Senado, que fixa os vencimentos dos membros do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 942-B-63, na Câmara, e número 236-64, no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Juizamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.200-E-64, na Câmara, e número 206-64, no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965 (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei número 2.349-B-64, na Câmara, e número 242-64, no Senado, que dispõe sobre a elaboração e execução de Planos Quadriênais de Obras para a implantação do Plano Nacional de Viação (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 817-E-59, na Câmara, e número 261-64, no Senado, que permite a consignação em folha de pagamento de mensalidades e descontos em favor da Caixa Beneficente dos Empregados da Alfândega do Rio de Janeiro (veto parcial).

Dia 1º de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.601-B-61, na Câmara e número 192-64, no Senado, que federaliza o Instituto Borges da Costa ex-Instituto do Radium, do Estado de Minas Gerais (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.589-61, na Câmara, e número 6-64, no Senado, que federaliza

o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e dá outras providências (veto total);

— no Projeto de Lei número 2.570-F-61, na Câmara e número 126-64, no Senado, que federaliza o Instituto de Música da Bahia, e dá outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 332-B-63, na Câmara, e número 173-64, no Senado, que isenta o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco de impostos e taxas federais, de qualquer natureza, que incidem ou venham a incidir na compra de ações da firma "Empreendimentos Santa Cruz S. A." situada na Rua do Sal, número 143, em Recife, Pernambuco (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.159-B-64, na Câmara e número 297-64, no Senado, que dispõe sobre o prazo de validade de concursos públicos para candidatos habilitados que estejam exercendo ou hajam assumido mandato legislativo ou executivo (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.719-A-63, na Câmara e número 54-63, no Senado, que fixa os valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências (veto total).

Dia 6 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 3.272-C-61, na Câmara e número 141-63, no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo, mantida a taxa de despacho aduaneiro, para equipamentos de produção sobresselentes e instrumentos destinados às indústrias de filmes virgens e à produção de matérias-primas indispensáveis à sua fabricação (veto total);

— ao Projeto de Lei número 4.245-B-62, na Câmara e número 78-64, no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de carregador e transportador de bagagens em portos do País, e dá outras providências (veto parcial).

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL,

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE LITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MUNILIO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLCIRIANO GUMARAES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,
Ano .....	Cr\$ 98
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 103,

#### FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 39,
Ano .....	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 105,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Dia 7 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.436-A-64, na Câmara e número 11-64, no Senado, que autoriza a cessão, à Prefeitura Municipal de Campo Grande, Mato Grosso, da área da fazenda denominada "Remonta" situada naquele Município, pertencente à União (veto total);

— ao Projeto de Lei número 1-65 (CN), que incorpora os Cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais, e dá outras providências (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 2.626-B-61, na Câmara e número 79-64, no Senado, que cria a Escola Agrícola de Caconde, no Estado de São Paulo, e dá outras providências;

— ao Projeto de Lei número 2.351-64, na Câmara e número 243-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto que recai sobre a renda de qualquer natureza (veto parcial).

Dia 9 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 3.001-B-61, na Câmara e número 35-62, no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto acústico que tenham em estabelecimentos comerciais (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 562-B-53, na Câmara e número 220-64, no Senado, que dispõe sobre a legitimação adotiva (veto parcial);

— no Projeto de Lei número 2.636-B-63, na Câmara e número 34-63, no Senado, que concede pensão aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empre-

gados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 13 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.360-64, na Câmara e número 271-64, no Senado, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial).

Dia 14 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 22-64 (CN), que institui o Conselho Nacional de Transportes, e dá outras providências (veto parcial, em conclusão).

Dias 15 e 20 de julho, às 21,30 horas

— Ao Projeto de Lei número 2.322-64, na Câmara e número 247-64, no Senado, que disciplina as desapropriações para as obras de combate às secas do Nordeste (veto parcial).

Dia 21 de julho, às 21,30 horas

— ao Projeto de Lei número 1.557-C-50, na Câmara e número 153-64, no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, do exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara, pela Lei número 3.732, de 14.4.1960 (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 226-58, na Câmara e número 139 de 1962, no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);

— Ao Projeto de Lei número 617-B-63, na Câmara e número

109-63, no Senado, que concede isenção de imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e das outras providências (veto total);

— ao Projeto de Lei número 2.287-B-60, na Câmara e número 7-64, no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (veto total);

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22 e 27 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dia 27 de julho:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.653-D 65 na Câmara e nº 53/65 no Senado, que altera dispositivos da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e das outras providências;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.703-B 65 na Câmara e nº 62/65 no Senado, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio, com o Governo do Brasil;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 4.187-B 62 na Câmara e nº 123-64 no Senado, que acrescenta mais um parágrafo ao artigo 17 do Decreto-lei nº 4.014, de 13-1-1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro.

Senado Federal, 15 de junho de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente.

#### Convocação de sessão conjunta para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional, para em sessão conjunta a realizar-se no dia 28 de julho do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

— veto (parcial) ao projeto de lei nº 2.640-E-65, na Câmara, e número 35-65, no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e das outras providências;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65, na Câmara, e número 46-65, no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.291-F-61, na Câmara, e número 281-64, no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e das outras providências.

Senado Federal, 22 de junho de 1965. — Auro Moura Andrade, Presidente.

### COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1965 (Projeto de Lei nº 2.636-B, de 1965, na Câmara) que concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedade de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e das outras providências.

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1965

As 10 horas do dia vinte e cinco de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Ruy Carneiro, Lopes da Costa e Aurélio Vianna e os Senhores Deputados Arruda Câmara, Jamil Amiden e Ossian Araripe, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1965 (Projeto de Lei nº 2.636-B-65 na Câmara) que concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados,

— ao Projeto de Lei número 362-B-64, na Câmara e número 279-64, no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

— ao Projeto de Lei número 3.384-B-61, na Câmara e número 115-63, no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal (veto parcial).

José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1965

As 16 horas do dia vinte e oito de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Senador Lopes da Costa, Presidente, presentes os Senhores Senadores Ruy Carneiro e Aurélio Vianna e os Senhores Deputados Arruda Câmara, Jamil Amiden e Ossian Araripe, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Parcial do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1965 (Projeto de Lei nº 2.636-B-65, na Câmara) que concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedade de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e das outras providências.

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Jamil Amiden que, na qualidade de Relator, faz considerações substanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Senhor Presidente da República para, no uso de suas atribuições Constitucionais, apor seu Veto ao processado em tela. Em discussão, não havendo quem desse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina seja arquivado o Relatório.

E nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

### RELATÓRIO

Nº 57, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.636-B-65, (nº 34, de 1965 — no Senado), que concede pensão especial aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedade de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e das outras providências.

Relator: Sr. Deputado Jamil Amiden.

O Sr. Presidente da República, com fundamento nos artigos 70, parágrafo 1º e 87, II, da Constituição Federal, negou sanção a dispositivos do Projeto de Lei da Câmara nº 2.636, de 1965, (nº 34, de 1965 — no Senado), considerados inconstitucionais e contrários aos interesses nacionais.

### O PROJETO

O Projeto vetado é de iniciativa do Poder Executivo e visa a conceder pensão especial aos beneficiários dos Servidores Públicos e autárquicos e dos empregados em Sociedades de Economia Mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, bem assim aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados.

A proposição presidencial, enviada à consideração do Congresso Nacional com a Mensagem nº 41, de 18 de março de 1965, e cuja transformação em Lei se impõe — acentua o Senhor Presidente da República — pela necessidade de dar amparo e assistência a vítimas inocentes de atos que não praticaram, por ser um dever de jus-

tiça e solidariedade humana, ao cumprimento do qual o Governo não pode e não deseja fugir, está votado nos seguintes termos:

“Art. 1º Aos beneficiários do servidor público civil eslavél ou vitalício da administração direta e indireta, inclusive das sociedades de economia mista, demitido em decorrência do Ato Institucional, de 9 de abril de 1934, será concedida pensão pelo Tesouro Nacional ou pelos Institutos de Previdência, observadas, em cada caso, as normas existentes sobre a matéria.

Art. 2º Cessam automaticamente os benefícios desta Lei, desde que o servidor venha a exercer qualquer cargo público.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo as disposições em contrário”.

Justificando-a, concluiu:

“Por força do art. 5º do Regulamento de Pensões Militares, os beneficiários dos oficiais das forças armadas que perderam posto e patente, já se acham amparados com uma pensão militar.

Não seria justo, então, negar este mesmo direito aos dependentes dos servidores civis. Daí porque a extensão do benefício também se justifica como um imperativo de princípio de igualdade”.

### TRAMITAÇÃO

A matéria, objeto de largo debate na Câmara dos Deputados, onde recebeu várias emendas, foi ali aprovada na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com exclusão, apenas, do seu art. 6º.

Com pareceres favoráveis das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, a proposição logrou aprovação no Senado Federal, sem qualquer acréscimos ou restrições.

### O VETO E SUAS RAZÕES

O veto presidencial, aposto em tempo hábil, atingiu os dispositivos abaixo transcritos, que vão seguidos das razões que o determinaram e fundamentaram:

1) O parágrafo 2º do artigo 1º.

“Parágrafo 2º. Em nenhuma hipótese, a pensão de que trata este artigo poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos base do funcionário, do servidor ou do empregado demitido” — (Substitutivo da Câmara).

Razões:

— “Ao estabelecer limite de pensão não fixado no projeto inicial, esse parágrafo contraria o disposto no artigo 8º do Ato Institucional, pois acarreta aumento da despesa inicialmente prevista na proposta do Poder Executivo”.

2) O artigo 2º.

— “Art. 2º. A pensão constante do artigo anterior será concedida a partir da data da demissão do funcionário, do servidor ou do empregado” — (Substitutivo da Câmara).

Razões:

— “A disposição em apreço reveste-se também de inconstitucionalidade, uma vez que, ao fazer retroagir o pagamento do benefício, com a consequente abertura de crédito especial para atender à despesa referente aos exercícios de 1964 e 1965 (artigo 9º), importa em alteração do projeto inicial do Poder Executivo, acarretando aumento de despesa, o que contraria o artigo 5º do Ato Institucional”.

3) O artigo 4º

— “Art. 4º. O recebimento da pensão especial, por parte do beneficiário

dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedade de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, e das outras providências.

Em obediência ao preceito Regimento assume a Presidência o Senhor Senador Lopes da Costa que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto, por cédulas uninominais, previsto no artigo 31 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Ossian Araripe.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Lopes da Costa .. 5 votos  
Deputado Arruda Câmara .. 1 voto

Para Vice-Presidente

Senador Ruy Carneiro .... 5 votos  
Deputado Ossian Araripe .. 1 voto

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição designa o Sr. Deputado Jamil Amiden Relator da matéria precipua à Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a Reunião, lavrando eu,

do demitido, não prejudicará recurso judicial ou administrativo" (Substitutivo da Câmara).

#### Razões:

— "O dispositivo vetado é inócuo, pois, face ao disposto no § 4º do artigo 7º do Ato Institucional, não cabe, 'de meritis', apreciação judicial dos atos mencionados no § 1º do mesmo artigo. Por outro lado, o artigo 10 do Ato Institucional exclui a apreciação judicial dos atos que suspenderam direitos políticos ou cassaram mandatos legislativos. Sua manutenção seria inconveniente, ainda, pelas implicações quanto à possibilidade de revisão dos atos decorrentes do Ato Institucional".

#### 4) O artigo 5º e parágrafo.

— "Art. 5º. Estão incluídos no favor do artigo 1º desta lei os beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos suspensos ou cassados, nos termos do Ato Institucional, desde que o requeriram dentro de um ano a contar da data da publicação desta lei.

Parágrafo único. A pensão dos beneficiários referidos neste artigo responderá a 50% (cinquenta por cento) dos subsídios fixo e será paga pelo Tesouro Nacional, através da repartição competente, durante o direito ao benefício desde a data da prorrogação do exercício do mandato até o fim da presente legislatura". (Substitutivo da Câmara).

#### Razões:

— "O projeto original não previu a extensão de pensão aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos suspensos ou cassados, nos termos do Ato Institucional. Por esse motivo, esse artigo também contraria o artigo 5º daquele Ato.

Por outro lado, pela redação do parágrafo único do artigo 5º, a pensão dos beneficiários dos congressistas seria paga pelo Tesouro Nacional, não havendo a alternativa de ser efetuada o pagamento pela instituição de previdência.

Ora, a Lei nº 4.284, de 30 de novembro de 1963, que cria o Instituto de Previdência dos Congressistas, dá aos seus membros direito a uma pensão se houverem cumprido, no mínimo, 8 (oito) anos de mandato.

Acresce, ainda, que o art. 5º da Lei nº 4.284, citada, facultou aos parlamentares que, de futuro, não se reelegerem, continuarem a contribuir até ultrapassar as cotas relativas a 8 anos.

Dessa forma, presume-se que todos os parlamentares atingidos pelo Ato Institucional terão direito a um arrparo pelo seu Instituto de Previdência.

Assim, se prevalecer o aludido dispositivo do Projeto os parlamentares poderão ter pensão pelo Instituto de Previdência dos Congressistas e os seus beneficiários outra em virtude do projeto em exame, não se aplicando a regra do art. 7º, que veda a acumulação de benefícios".

#### 5) O artigo 9º

— "Art. 9º Para fazer face às despesas desta lei, relativas aos encargos de 1964 e 1965, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros)". (Substitutivo da Câmara).

#### Razões:

— "O projeto inicial não previa a abertura de qualquer crédito. Veta-se pois esse dispositivo, por ser igualmente contrário ao artigo 5º do Ato Institucional".

#### CONCLUSÃO

Cremos, com o exposto, haver propiciado ao Congresso Nacional os elementos em que apoiar-se, no sentido de bem decidir, ao apreciar o presente veto.

E' o relatório.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1965. — *Lopes da Costa, Presidente. — Jamil Amiden, Relator. — Ruy Carneiro. — Aurélio Vianna. — Arlinda Câmara, com restrições. — Osian Araripe*

## SENADO FEDERAL

### ATA DA 85ª SESSÃO, EM 28 DE JUNHO DE 1965

#### 3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DOS SRS. CATTETE PINHEIRO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Lobão da Silveira — Eugênio Barros — Joaquim Parente — Menezes Pimentel — José Leite — Aloysio de Carvalho — Josaphat Marinho — Jefferson de Aguiar — Eurico Rezende — Bezerra Neto — Atílio Fontana — Guido Mondin — Mem de Sá.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte:

#### EXPEDIENTE

Comunicação do Sr. Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, com referência ao recebimento de autógrafos de Decretos Legislativos promulgados e anotação dos atos a eles correspondentes:

Of. 734, de 21 de junho — Decreto Legislativo nº 55-65;

Of. 736, de 21 de junho — Decreto Legislativo nº 40-65;

Of. 738, de 21 de junho — Decreto Legislativo nº 51-65;

Of. 739, de 21 de junho — Decreto Legislativo nº 52-65;

Of. 740, de 21 de junho — Decreto Legislativo nº 46-65;

Of. 746, de 21 de junho — Decreto Legislativo nº 47-65;

Of. 751, de 22 de junho — Decreto Legislativo nº 49-65;

#### RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — do Sr. Ministro da Fazenda (de 21 do mês em curso):

Aviso GB 210, com referência ao Requerimento nº 164-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

Aviso GB 211, com referência ao Requerimento nº 134-65, do Sr. Senador José Ernirio;

Aviso GB 212, com referência ao Requerimento nº 89-64, do Sr. Senador Adolpho Franco;

Aviso GB 213, com referência ao Requerimento nº 182-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

Aviso GB 214, com referência ao Requerimento nº 188-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres;

II — do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio:

Aviso AP nº 80, de 18 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 132-65, do Sr. Senador Vasconcellos Torres.

#### OFÍCIOS

— nº 9-65, de 4 de fevereiro, do Sr. Secretário da Mesa da Câmara Municipal de Três Pontas — Comunica a reeleição do Sr. Antônio Carlos Bandeira, funcionário do Senado, para o cargo de Presidente daquele legislativo;

— do Sr. Deputado Nelson Carneiro, de 22 do mês em curso — Comunica haver comparecido às reuniões da Comissão Especial do Parlamento Latino-Americano, encarregada de elaborar, em Buenos Aires, os projetos de Estatutos, Regimento Interno e Orçamento daquela entidade;

— do Sr. Deputado Adílio Vianna, Presidente da Comissão Mista incumbida de dar parecer sobre o Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) — Comunica que o Sr. Ministro Interino do Trabalho e Previdência Social, Sr. Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, comparecerá perante aquele órgão no dia 28 do corrente, às 16 horas, atendendo a convocação do Sr. Senador Jefferson de Aguiar.

#### TELEGRAMAS

Senador Auro Moura Andrade Presidente do Senado

Brasília — DF

De Campinas — SP

Sindicato trabalhadores ferroviários zona mogiana da concessão Vossencia atraso pagamento ferroviários Companhia vem trazendo sérios dissabores trabalhadores e suas famílias de Campinas a Araguari e geral inquietação família ferroviária no Estado S Paulo e Minas Gerais Eduardo Barbare Presidente Sindicato Mogiana.

Exmo Sr Pte Senado Senado Federal

Brasília — DF

De Pato Branco — PR

Solicito encarecidamente Vossencia juntamente demais Senadores para urgente regulamento Lei 4.299 — Imposto sobre vendas e consignações pt SDS Levino Andoli Pte Câmara Vereadores Pato Branco.

CT — Lei — 4.299 — Levino Andoli.

Sr Sen Auro Moura Andrade DD Pres Senado Federal

Brasília — DF

De São Caetano do Sul — SP

Câmara Municipal São Caetano do Sul vq Estado de São Paulo vq atendendo requerimento vereador Osmar Fonseca vq encarece Vossencia medidas contrárias aprovação dispositivo novo Código Eleitoral vq determinando Candidato deve ser nascido circunscrição a que concorrer pt Respt SDS pt Floriano Leandrini Pres pt

Presidente Senado Federal

Brasília — DF

de Dourados — MT

Segundo notícias vinculadas Jornal Estampas informados Instituto Nacional Desenvolvimento Agrário seu Diretor não reconhece novos Municípios Glória Dourados Vila Brasil e Jatei motivo ser terras da União pedimos defesa parte Senado certos patriotica medida em nome dos Municípios e do meu próprio antecipo agradecimentos Pesedistas Pedro Fonseca Magalhães Presidente Diretor PSD.

CT Diretor PSD

Senador Auro Moura Andrade

Senado Federal Brasília DF

Da cidade Nova Rio — GB

Rogo Vossa Excelência interpretar junto eminentes Senadores meus sentimentos de gratidão diante aprovação

do meu nome para Conselho Administrativo BNDE. A confiança dessa ilustre casa aumentando minha responsabilidade, igualmente fortalece meu propósito bem desempenhar as funções para as quais sou reconduzido. Respeitosas saudações. Alvaro Americano.

Auro Moura Andrade Pres Senado Federal

Brasília — DF

#### Propriahse

Face situação angustiosa operários empresa Fiação Tecelagem Propria encareço V. Exº auxilio fim evitar desespero fome famílias atingidas paralização atividades SDS Moisés Abreu Filho Prefeito Municipal Propria.

## PARECER

Nº 835, de 1965

Da Comissão de Relações Exteriores sobre o Requerimento nº 302, de 1965, do Sr. Senador Mello Jorge e outros Srs. Senadores, solicitando a constituição de uma Comissão para visitar a República de São Domingos, a fim de analisar as medidas adotadas para salvaguardar a paz no Continente Latino-Americano.

Relator: Sr. Menezes Pimentel.

O Requerimento nº 302, do corrente ano pede a "constituição de uma Comissão de três (3) Senadores com o objetivo de visitar a República de São Domingos, inspecionar as tropas da OEA ali instaladas, inclusive e especialmente as do Brasil, e analisar as medidas adotadas para salvaguardar a paz do Continente Latino-Americano, conforme relatório que apresentará no prazo de 20 dias, com a assessoria de especialistas livremente indicado pelo Presidente do Senado".

Data vênua dos ilustres signatários do requerimento, parece-nos que a medida por eles proposta é inteiramente desaconselhável. E' sem sombra de dúvida de toda inconveniência a ida àquele país de uma comissão de Senadores para os misteres a que se propõe o requerimento. O povo da República Dominicana já está suscetibilizado com a presença de forças estrangeiras em seu país e o aparecimento ali de Senadores brasileiros em nada contribuirá para o restabelecimento da ordem e da paz naquele país do Caribe, ao contrário, será mais um fator de recrudescimento do estado de espírito reinante.

Por outro lado, não vemos com que credenciais pode se apresentar uma Comissão de Senadores para inspecionar as tropas da Organização dos Estados Americanos, nem mesmo o contingente brasileiro que está a serviço daquele organismo internacional.

Por estas razões, somas pela rejeição do Requerimento em epígrafe.

Sala das Reuniões, em 23 de junho de 1965. — *Benedicto Valadares, Presidente. — Menezes Pimentel, Relator. — Mem de Sá. — Antonio Carlos — José Guimarães — Aarão Steinhilber. — Filinto Müller.*

#### O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa). Sobre a mesa comunicação que vai ser lida.

E' lida a seguinte

#### COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Excelência que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gozo me achava, reassumo hoje o exercício do meu mandato.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1965. — a) José Feliciano.



O Sr. Bento Pereira — Mesmo porque se quem fosse V. Exa. teria sido o chefe do comitê de saneamento, no sentido do orden e muita vez para V. Exa. me se acordava, para fazer manter o diálogo e para que o chefe a coisa mais eficiente, e para que ele se fosse as necessidades da comunidade.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sabe V. Exa. quanto louvo esse seu propósito, e quanto desejo que o Governo a que V. Exa. está ligado se mantenha fiel ao diálogo democrático.

Entretanto, não é isto o que emana desse projeto-de-lei. A título de ser uma lei ordinária, decorrente da Constituição e de lei constitucional, é, em verdade, um projeto-de-lei de exceção, é um projeto-de-lei que, através da aplicação da Constituição e da emenda constitucional, quer, na verdade, com propósitos ditatórios, aplicar neste País, de novo, lei de proscrição.

Dizia eu a V. Exa. e à Casa que só em caráter secundário invoquei a proibição de caráter penal. Primeiro, fixe o problema de natureza constitucional e política. Se o Governo não puniu com a suspensão de direitos determinados cidadãos, se apenas promoveu a declaração de suspensão ou impedimento de seus cargos, não pode declará-los inelegíveis por falta de fundamentamos, de fatos de natureza jurídica, de natureza política ou de natureza moral.

Todos os Poderes da República são soberanos, mas nos limites da Constituição. E esta Constituição, que apesar de atropelada ainda sobrevive, declara, expressamente que todos são iguais perante a lei e, mais, que ninguém está obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Qual o ato contrário à lei — a lei de caráter público ou à lei de direito privado — que esses cidadãos praticaram? Quais os dispositivos compreendidos em qualquer daqueles artigos da Constituição e da Emenda Constitucional nº 14, que cogitam de inelegibilidades, que eles ofenderam? Enquanto não for feita a demonstração desse fato, o que se consubstancia neste texto é o arbítrio do Poder Executivo que se tenta impor ao Poder Legislativo, se este não souber exercer sua soberania constitucional.

V. Exa. tem o aparte.

O Sr. Eurico Rezende — Sr. Senador Josaphat Marinho, é muito difícil chegar-se a um entendimento, inobstante a sentença histórica de que "da discussão nasce a luz", quando os interlocutores se encontram em polos qualificadamente opostos. V. Exa. palpita e refulgura, através dos pronunciamentos que tem tido nesta Casa, na defesa de princípios democráticos e de regras atinentes a franquias constitucionais, como se estivéssemos num período normal de vida do País. V. Exa. não ignora que o País ainda se encontra — parodiando Castro Alves — na esteira das espumas flutuantes de um processo revolucionário. Se V. Exa. se situa apenas na ribalta iluminada da sua biblioteca, tão povoada de livros de Direito e compêndios de exaltação da liberdade, mas não verifica que o País está numa fase de transição, de correção de distorções para, só depois então, se consolidar o regime democrático, na pureza dos seus princípios e na plenitude da sua estabilidade, o entendimento não é possível. Vê V. Exa. que estamos sob a égide de um documento revolucionário cujos efeitos só terminarão, só se esgotarão em janeiro de 1966. Ora, nós não podemos, apenas com medidas apenas clínicas, consertar este País. Há necessidade, realmente, não de violência, mas de — aliás isso tem sido a prática da Revolução — uma certa dose de arbítrio. Repito, não a violência, mas o arbítrio. Porque surpresa me causaria se, num processo revolucionário, surtíssemos leis suaves, pois a constante são leis severas. Essa que

está aí, entendo que não é suave, severa: — ela exprime justamente uma falta de perspectiva e de tato do Governo. O Marechal Castello Branco errou, e muito, em remeter esse Projeto de lei ordinária de inelegibilidades ao Congresso, porque o que a Revolução pretende conseguir, e deve conseguir — permita-me V. Exa. alongar um pouco o aparte ...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não se preocupe V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — ... é realizar seus propósitos. É ver concretizados seus objetivos e seus ideais. Então não havia necessidade dessa lei, desse projeto, porque seria o caso de a Revolução aguardar mais dois ou três anos para convocar as eleições, ou mesmo quatro anos, o que seria melhor, a fim de, oferecidos os resultados e os fatos da sua política sócio-econômica, criar condições de elegibilidades para aqueles que sustentam, ou que sustentaram a Revolução. Então, chegamos a esta conclusão: quando o eminente Presidente Castello Branco, naturalmente assessorado pelos seus Ministros e pelos seus Chefes Militares — falamos sempre em Chefes Militares porque, de outro modo, seria um otimismo sem sustentação alguma nos fatos — é que S. Exa. se tranquilizou na certeza de que, através do projeto de lei de inelegibilidades po-anti-revolucionário reconquistasse a deria impedir que o passionalismo muitas daquelas posições de que fora proscrito. Nesse ponto, entretanto, o Marechal Castello Branco, de boa fé, equivocou-se, porque o Congresso já começa a perder o medo da Revolução, e a Revolução começa a se perder quando o povo começa a perder o medo da Revolução. Defendo outra tese: sou contra — e tenho sido franco nesse sentido — às eleições diretas em 1965, como sou contrário a eleições diretas em 1966, para Governadores e Presidente da República. Daqui a alguns dias haveremos de ter reuniões no Palácio do Planalto, ou na Guanabara — porque esta é sempre preferida para essas tertúlias e contatos. Verificando a impossibilidade de travessar o rubião do Congresso Nacional — este projeto fixando as inelegibilidades — então o Governo vai ter que rever a sua generosidade convocatória, ou permissiva de eleições diretas, neste e no ano que vem.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, o Padre Vieira lembrou, um dia, que não há altura, neste mundo, que não seja precipício. A prova da segurança dessa sentença está nos equívocos e nas confusões em que acaba de incidir um homem tão lúcido como o Senador Eurico Rezende.

Ora, que tem a Nação brasileira, que têm os cidadãos brasileiros, que temos nós outros, representantes do povo, nesta Casa, com que a chamada revolução vitoriosa não houvesse extraído do seu êxito todas as consequências, para instituir um regime plenamente de exceção? Se o não fez foi porque não pôde, ou não quis!

A esta altura, a revolução se autolimitou, quando baixou o Ato Institucional, quando se dirigiu ao Congresso, pedindo reforma da Constituição e, notadamente, quando a ele se engaminhou, solicitando que lhe desse uma emenda constitucional definidora das linhas-mestras de uma lei sobre inelegibilidades.

Neste instante, pois, eminente Senador, não cabe o argumento de que há um processo revolucionário. Ningüém o ignora. Nem seria lícito ignorar, quando tantas leis, e a Constituição, de espaço a espaço, estão sendo levadas de roldão.

Mas, note V. Exa., o Poder Executivo solicitou, e o Congresso lhe deu, uma emenda constitucional que pre-

fixou o âmbito de compreensão das inelegibilidades ao lado do que já estava disposto na Constituição. Agora, portanto, satisfeito ou não, e ainda que com a tristeza de muitos, como V. Exa., o Governo não terá procedimento legítimo se não se contiver nos limites da Constituição, que o Ato Institucional manteve, e da Emenda Constitucional nº 14, que o próprio Governo pediu e obteve.

Tudo há de ser feito, atente V. Exa., nos limites desses mandamentos constitucionais. E dentro deles, com exigências de ordem moral — tanto maiores quanto já se disse, com autoridade, que a Emenda nº 14 deve significar fator de fortalecimento do regime democrático e não risco que possa comprometê-la. São palavras do ilustre Ministro da Justiça.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um terceiro aparte que, espero, não seja o último?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Isto em função da simpatia fascinante de V. Exa., e mesmo porque V. Exa. discursa numa segunda-feira em que, ao esvaziamento do Congresso Nacional, corresponde a alegria atlântica de dezenas e dezenas de parlamentares. Não estamos defendendo a tese segundo a qual o Presidente da República deve extrapolar os limites da Constituição. Quando dependemos a transferência das eleições de envolta com o escrutínio indireto, em 1966, não pregamos o regime de exceção; pelo contrário, argumentamos com a permissão que a Constituição outorga ao Senhor Presidente da República. Porque, pelo documento editado pela revolução, e que está implantado na Constituição de 46, o Senhor Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional uma mensagem de emenda constitucional adotando a transferência das eleições em eleição indireta. E onde é que haverá arbítrio ou forma de regime de exceção? Onde? V. Exa. arrie os livros da sua adiposa e vasta biblioteca e me responda esta pergunta: se o Senhor Presidente da República remeter mensagem de alteração constitucional visando a transferência das eleições e propor a instalação do processo indireto para eleição do Presidente da República e do Vice-Presidente, estará S. Exa. obrando em pura exceção ou com o consentimento que lhe dá e outorga a Lei Maior?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Eminente Senador, Advogado militante, e já com alguma experiência desta tribuna, é evidente que não me devo perder na trama em que Vossa Excelência pretende envolver-me para me afastar do objetivo deste discurso.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. está-me fazendo uma injustiça.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Estamos, por enquanto, discutindo o excesso de poder do Executivo na delimitação da lei de inelegibilidades. A matéria concernente ao adiamento de eleições será objeto de debate entre nós no fim deste discurso, se o tempo me permitir.

Mas V. Exa. assinalou, em sentido amplo, num de seus apartes, a legitimidade do procedimento do Poder Executivo, abrangendo assim o que se contém neste projeto. E é a este respeito a nossa divergência, porque de duas, uma: ou a revolução se autolimitou ou não se autolimitou. Se não se autolimitou, razão não havia para manter-se o mecanismo institucional que aí está, nem para o Congresso se encontrar funcionando, ainda que com determinadas restrições e amputações, como se vem verificando.

O Sr. Eurico Rezende — Então, V. Exa. me permite?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Um momento, um momento.

Mas é evidente que a Constituição se autolimitou. Bem ou mal ...

O Sr. Eurico Rezende — Não Excelência.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... ainda que com deformação do regime.

O Sr. Eurico Rezende — Não se autolimitou.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — A própria justificação do Ato Institucional expressamente declara que a revolução se autolimitou por aquele Ato.

O Sr. Eurico Rezende — Não.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Se V. Exa. tem dúvida, peço-lhe que proceda à leitura da fundamentação do Ato Institucional.

O Sr. Eurico Rezende — A mens legis.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não, nobre colega, mens legis, não. É a letra da exposição de motivos.

O Sr. Eurico Rezende — No escalonamento da exposição de motivos não há nada disso, Excelência.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Peço a V. Exa. que requisite o texto do Ato Institucional.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Excelência. Nos dispositivos não há. Há no preâmbulo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Mas o preâmbulo é motivação que serve para determinar a interpretação do texto de qualquer lei, constitucional ou ordinária.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. quer que eu prove, voltando ao aparte anterior, que não se autolimitou?

No instante em que, até janeiro de 1966, o Poder Executivo pode remeter propostas de reforma da Constituição, essa figura de autolimitação que, realmente, está no preâmbulo e que está sendo banquete na argumentação de V. Exa. é uma figura extraordinária. Ter-se-ia autolimitado se não permitisse já ao Poder Executivo propor a reforma da Constituição.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Aí está o engano de V. Exa. A revolução não se teria autolimitado se se conferisse poderes de, permanentemente, modificar a Constituição ou de outorgar uma outra Constituição ao País.

Tal não se deu. Dias depois, passada a perplexidade dos próprios vitoriosos que vitória não esperavam, pelo menos tranquilamente, essa a verdade histórica — foram todos surpreendidos pela falta de funcionamento do que se chamava o dispositivo de segurança do Governo passado — ultrapassado o período de perplexidade, o Comando Revolucionário deferiu ao País o Ato Institucional. Esse Ato Institucional reconheceu a prevalência da Constituição Federal, como das Constituições Estaduais, e o fez apenas com as restrições que contém.

Ora, o que o Ato Institucional estabeleceu como ampliação de poderes do Presidente da República foi lhe dar a prerrogativa, que o anterior texto constitucional não continha, de propor emendas à Constituição. Mas, a partir do instante em que foi editado o Ato Institucional, o Presidente da República não tem, por ato próprio, capacidade de emendar a Constituição. Pode apenas propor a emenda.

O Sr. Eurico Rezende — Exato.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Autolimitou-se. Nega V. Exa. esse fato?

O Sr. Eurico Rezende — Não nego, Excelência.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Então, V. Exa. é contraditório. De duas, uma: ou autolimitou-se — ou não se autolimitou.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Excelência. Não se autolimitou. Digamos, de um modo, talvez cometendo uma heresia gramatical, mais para facilitar a compreensão da afirmativa: autolimitou-se em parte...

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Certo.

O Sr. Eurico Rezende — ... porque não entendo regime de autolimitação para um Executivo que possa propor reformas ao Estatuto que é, essencialmente, de elaboração, e, tradicionalmente, de modificação só deferidas ao Poder Legislativo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Releve-me V. Exa. que lhe diga que a medida pode ter caráter de inovação, mas não tem sentido absurdo. Não é o Presidente atual da República brasileira o primeiro Chefe-de-Estado que tem o poder de emenda à Constituição. Pode propô-la, também, o Presidente da República francesa...

O Sr. Eurico Rezende — Sabe V. Exa. que a França ainda se encontra num processo revolucionário. De Gaulle, para assumir o Governo de França, exigiu poderes excepcionais.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Como quer que seja...

O Sr. Eurico Rezende — De Gaulle, de vez em quando, em seus discursos, ainda promete a consolidação do regime democrático na França.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Como quer que seja meu nobre colega. De Gaulle tem poderes amplos, mas limitados, como poderes amplos os tem, hoje, o Presidente da República no Brasil, nos limites da Constituição. O Ato Institucional manteve, e das emendas constitucionais propostas pelo próprio Poder Executivo. Aí é que se fixa o problema, e é daí que se há-de partir para apurar em que medida a legítima ou ilegítima a ação ou a iniciativa do Poder Executivo. No caso deste projeto, é manifesto o extravasamento dos limites constitucionais por parte do Chefe do Poder Executivo.

O Sr. Eurico Rezende — Mas este projeto, Excelência, tem uma virtude, se V. Exa. me permite; não vai ser aprovado no Congresso, vai ser mutilado pelas correntes contrárias ao Governo Federal com a ajuda de parlamentares que apoiam o Governo, porque não ignora V. Exa. que cada um dos parlamentares sabe o pecado que tem e, como a lei não cuida de definições legais, mas estabelece um processo de adinção para quem é corrupto, subversivo, há uma espada de Damócles sobre todo mundo. Então, o projeto vai ser mutilado, vai ser remetido ao Sr. Presidente da República inteiramente desfigurado ou então não vai passar, não vai conseguir maioria absoluta. Então, tanto melhor para o País, vamos transferir as eleições e procurar outra fórmula. V. Exa. conhece a minha franqueza, eu sempre falo e interpreto o pensamento de muitos que pensam como eu penso e não falam por constrangimento, ou por falso pudor democrático. Mas não há que se falar apenas em eleições livres, o que importa, no processo revolucionário, é deixar o campo livre para que a revolução realize todos os seus propósitos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sr. Presidente, releve-me o nobre Senador Eurico Rezende e aproveite de sua franqueza para uma conclusão que se impõe, na vida pública, é exatamente isto: ou se procede com clareza ou hipocritamente. Se a revolução se auto limitou com clareza, não pode agora, de modo que se poderia fazer hipocrita, arguir razões de conduta para desrespeitar o que ela mesma sugeriu e obteve do Congresso Nacional. Este é que é o ponto. Preciso dizer, então, V. Exa.,

ou melhor — releve-me V. Exa. a expressão — precisaria lembrar a V. Exa. que enquanto não destruímos, por inteiro o mecanismo que aí está, o Estado brasileiro tem caracterização de Estado democrático. Mas no Estado democrático, e a lição não é minha, é do eminente Professor Mihine Guetzériteh, o que se busca para dignificação da cidade livre é a formação de uma ética, ética social e ética individual. Isto porque a Democracia é um comportamento, diz ele, é um procedimento, quando a técnica constitucional é destituída deste compartimento, está morta. Então, ou obedecemos a esse critério pelo qual se qualifica o regime como a conquista de uma ética, ou negamos esta clareza de pensamento e o que subsiste é a hipocrisia, que não é própria do regime democrático.

O Sr. Eurico Rezende — Exato. Permite V. Exa.?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Permita-me apenas concluir. — Não podemos aceitar o argumento em que V. Exa. assenta todo o seu raciocínio, porque a revolução já se autolimitou.

O Sr. Eurico Rezende — E' o que pensa V. Exa.; pensa, mas não prova.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Se a Revolução constitui um regime com poderes maiores do que as normais de um regime presidencial, é, contudo, por sua própria declaração e pela Constituição que ela respeitou, como pelas emendas constitucionais posteriores uma revolução de poderes limitados — Não é nem pode ser, enquanto em vigor estiverem a Constituição e as Leis, um regime de poder arbitrário. E porque este projeto exorbita da Constituição e da Emenda Constitucional nº 14.

O Sr. Rezende — V. Exa. permite um penúltimo aparte? Não se deve dizer um último aparte. Em se tratando da simpatia de V. Exa. não há nunca um último aparte.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. poderá apartear sempre que julgar oportuno.

O Sr. Eurico Rezende — Se estou apartando em seguida, é para que o seu discurso não se perca no anonimato do Diário do Congresso e na solidão do Planalto. Há tão poucos Senadores na Casa para ouvi-lo e admirá-lo; Entendo — isto é fato claro e até uma afirmação acadiana — que se fez uma revolução inédita no Brasil, creio que inédita no mundo, esta que ocorreu a 31 de março de 1964; uma revolução que construiu uma situação de fato sem erradicar uma situação de direito, no caso, as instituições parlamentares. Quando a revolução fez isso, fez uma concessão ao Congresso, e uma concessão esdrúxula, porque colocou para legislar a favor duma revolução a maioria de um Congresso que nasceu da situação governamental passada, que estava solidária com a situação governamental passada. Então, temos aqui uma revolução cujo parlamento foi eleito justamente numa legislatura em que o Executivo, com a plena solidariedade — comissiva ou omissiva, pouco importa, — desse parlamento levou o País, para usar de uma expressão do agrado de V. Exa., para as cercanias do caos e da maldição. No princípio o Congresso se comportou à altura da concessão que lhe fez o Ato Institucional. Mas, já agora, quando se procura suprimir dos quadros humanos da nossa expressão representativa elementos que deserviram ao País e que desejam retornar às oficinas do seu trabalho e do seu combate, a revolução se mostra importante, porque o Congresso começa a perder o médo, no que faz muito bem. Defender a tese de que o

Congresso de se impingir a esta mensagem uma fragorosa derrota, porque, aí então, o Governo revolucionário verificará que foi uma temeridade não evitar, pelos meios constitucionais, as eleições para as safras de 1965 e 1966.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Os argumentos que V. Exa. acaba de expender, neste aparte, devem ser dirigidos ao Sr. Presidente da República, porque foi ele quem na mensagem de abertura dos trabalhos do Congresso, no atual exercício, confessou solenemente que o Congresso Nacional tem dado ao Poder Executivo todos os instrumentos legais. ...

O Sr. Eurico Rezende — Exatamente. Daqui por diante, não dará mais. E vai começar por este projeto

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Ora, é o Presidente da República, quem declara, a autoridade maior no Poder Executivo. O que me resta agora, apenas, é esperar que o nobre Senador Eurico Rezende, que assim se vai divorciando da revolução, reassuma aquela nobre atitude de crítica com que tanto caracterizou a sua atuação parlamentar ...

O SR. EURICO REZENDE — Não quero que a Revolução se divorcie do país.

O SR. JOSAPHAT MARINHO ... naquele período do Governo anterior, a que também não dei o meu apoio. Por isso é que estou muito à vontade para as críticas de hoje e para dizer a V. Exa. que não é justo que se lance contra o Congresso a acusação de ser um órgão incompatível com a elaboração de leis de que precise o progresso do país. Este, como qualquer outro Congresso, tem as deformações inerentes a toda coletividade legislativa de caráter popular. O problema não é do Brasil, nem é de hoje. É da própria organização parlamentar, onde quer que ela resulte de eleições populares.

Mas o Congresso brasileiro tem dado provas de sua isenção, de que é capaz de elaborar boas leis, de acudir aos interesses do povo brasileiro. Se pecados tem este Congresso, é sobretudo por vir adicionando demais de suas prerrogativas constitucionais, — dando ao Poder Executivo, neste como no Governo anterior, poderes e faculdades que não lhe devia dar, porque inerentes à própria função legislativa. Isto é que devíamos fazer para o resguardo da autoridade do Congresso, que é a representação mais direta da opinião nacional.

Mas, precisamente porque o Congresso, ainda quando erre, não deve se incidir no erro, é que, no exame deste projeto lhe cabe a tarefa de escolimar os excessos. Além dos já enunciados, outros excessos podem ser apontados.

O SR. EURICO REZENDE — Neste ponto permita V. Exa. um esclarecimento: não acusei, nos termos em que V. Exa. respondeu o meu aparte, ao Congresso Nacional, pois o Congresso tem dado à revolução todos os instrumentos legislativos que o Poder Executivo tem solicitado. A minha tese é a seguinte: num instante em que a maioria deste Congresso passa a ter interesses eleitorais nos Estados, aquele apoio maciço, daqui por diante, não mais se verificará, porque, diante deste projeto, cada um dos Srs. Parlamentares irá votar de acordo com a sua conveniência eleitoral, ou própria ou de correligionários. Então, o Governo não terá uma lei que lhe assegurará pleno êxito nas eleições que se vão ferir neste e no outro ano.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Vejo, com satisfação, que o nobre Senador Eurico Rezende, tanto quanto eu, não acusa o Poder Legislativo. Mas, entre mim e S. Exa., há grande distância quanto à interpretação dos poderes atuais do Congresso

e do Presidente da República. Entende que o Presidente da República está, tanto quanto o Congresso e o Poder Judiciário, submetido às lides da Constituição e das emendas constitucionais.

São essas lides que não permitem que o Sr. Presidente da República, além dos excessos a que me referi, pretenda declarar inelegíveis para Presidente e Vice-Presidente da República, para Governadores e Vice-Governadores, para Prefeitos e Vice-Prefeitos, os apenas declarados impedidos para o exercício dos respectivos cargos por decisão do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas ou das câmaras Municipais. Todos os atingidos ou impedidos por atos dessa natureza, foram acusados da prática de determinados atos que não constituíram objeto de apuração. Todos foram vítimas de ação discricionária do Poder Executivo, do Comando Revolucionário, do Congresso Nacional, das Câmaras Legislativas ou das Câmaras Municipais.

Em nenhum desses casos houve apuração idônea de fatos e de responsabilidades. Tanto assim que vários desses cidadãos, declarados impedidos, não tiveram seus direitos políticos suspensos, e muitos nem foram envolvidos nos famosos inquéritos, resultantes do movimento vitorioso. Porque, então, declará-los inelegíveis, agora, senão por ato de arbitrio?

Vejo que V. Exa. Sr. Presidente, já me adverte, com a maior delicadeza, de que meu tempo está esgotado. Quero, entretanto dizer que não é só. Há outros casos que poderiam ser analisados ou apontados. O projeto ainda considera inelegíveis os membros do Poder Legislativo que perderam seus mandatos, em virtude do disposto no Art. 48, §§ 1º e 2º da Constituição Federal. Sr. Presidente, estamos todos de acordo em que é possível declarar-se inelegível quem tenha perdido o mandato por violação do disposto no Art. 48, § 2º da Constituição, isto é, por prática de ato considerado prejudicial ao decóro do Congresso Nacional. Mas, se, sem serem considerados inelegíveis os membros do Congresso Nacional que perderam o mandato, pelo disposto no § 1º do Art. 48, quer dizer proclamar inelegíveis os que perderam o mandato porque exercem cumulativamente, cargos que a Constituição proíbe! Quer dizer, ainda, que é inelegível o Deputado ou Senador que perdeu o mandato porque faltou, durante seis meses, à Casa do Congresso Nacional. Isso é prescrição da vida pública, e não inelegibilidade.

Mesmo as sanções com prazo determinado, que a Constituição prevê, o projeto estipula, de maneira arbitrária, porque dispõe que nesses casos, como em outros, a inelegibilidade prevaleça por quatro anos, mas também declara que só prevalecerá por quatro anos a inelegibilidade daqueles que foram declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis.

Poder-se-á estabelecer comparação entre quem perde o mandato por faltar às sessões ou porque exerceu cumulativamente função que a Constituição não permite, e aqueles que são indignos do oficialato. Mas, o projeto os equipara.

Não é só Sr. Presidente, o abismo atraí o abismo, este projeto, de queda em queda, foi violando a Constituição e atingindo não apenas os representantes federais, como os estaduais e os municipais. E, por isso, no inciso II do Art. 1º, ainda declara inelegíveis, para governador e vice-governador os membros das Assembléias Legislativas que, nos termos das Constituições estaduais, tenham perdido os mandatos. Ora, no Estado da Bahia, dois deputados perderam os mandatos por ato da Assembléia. A Assembléia Legislativa assim procedeu sob o fundamento de que faltaram ao decóro parlamentar. O que, ali, se fez foi uma mon-



truosidade. Conheço, na intimidade, um desses representantes, o deputado Enio Mendes, tão idôneo, tão digno quanto qualquer de nós. Tão idôneo e tão digno quanto o mais austero de quantos homens integram os quadros do Poder Executivo. Então, o cidadão, vítima de violência inominável, como esta se torna ineligível?

Não me permite o tempo desdobrar todos os aspectos do projeto afrontados da Constituição e da Emenda Constitucional nº 14. Ai, entretanto, fíceram alguns exemplos, a fim de que, no Senado da República, não se deixasse de fazer um exame desta proposição, antes que a Câmara dos Deputados venha a encerrar o seu trabalho sobre os abusos e os excessos que nele estão contidos.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa. um último aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Agora que vejo a severa intimação do Sr. Presidente, no sentido de que o tempo do orador está esgotado, não se esgotou, porém, em mim, o desejo de fazer esta última interpelação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Tenho prazer em ouvi-lo, ainda quando em divergência.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. pode ficar tranqüilo, porque as circunstâncias e os fatos já realçam, no espírito de todos nós, a certeza de que este projeto irá ficar na Câmara, certo, indefinidamente. O Senado, acredito, não terá oportunidade de examiná-lo: o projeto não tem condições de ser aprovado, nos termos ou com os objetivos propostos pelo Poder Executivo. E, não aprovado o projeto, o Governo Federal não cometerá a temeridade autocrática de ingressar na faixa das eleições. Fatalmente, serão transferidas e, em seguida, o Sr. Presidente da República, com o patriotismo que ninguém lhe nega, dirá, por isso mesmo, de todos os aplausos, interpretando o verdadeiro sentimento nacional, deverá remeter mensagem ao Congresso Nacional, reformulando o anúncio de eleições diretas, propondo o adiamento das eleições de 1965 e a adoção do processo de escrutínio indireto para Presidente da República.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Não acredito, Sr. Presidente, que a lei permaneça em depósito nos arquivos do Congresso. Bem haja o Congresso se reduzir aos limites constitucionais!

Feliz será o povo brasileiro se assim procederem as duas Casas do Congresso. Feliz será o povo brasileiro se Presidente da República, como primeiro súdito da legalidade que deve ser, ao invés de encaminhar ao Congresso as novas mensagens, agora anunciadas pelo nobre Senador Eurico Rezende, vier, ao contrário, a submeter-se, com humildade que o dignificará, ao império da Constituição, respeitando os mandamentos nela inscritos e, assim, presidindo as eleições de prazos já previamente estabelecidos.

O Sr. Eurico Rezende — O interesse é o da legalidade revolucionária.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Foi o próprio Presidente da República, quando se cogitou da prorrogação do seu mandato quem, em carta ao Major Daniel Krieger, assinalou que todo ato de socialismo é fator de perturbação social e política.

A Nação espera que o Presidente, fiel a essa sentença, fiel também esteja aos limites da Constituição, que traça e delimita suas atribuições.

Feliz, por isso mesmo, será o povo brasileiro se o Congresso, extinguindo dessa lei o que nela há — e muito! — de espírito, vier a assistir à rea-

lização de eleições, delas afastados os que comprovadamente hajam feito mal ao País, mas dela participando todos os cidadãos idôneos, que não estão apenas nos quadros revolucionários.

Sr. Presidente, um clássico das letras jurídicas, em forma de indagação, fez uma das mais nobres afirmativas para um regime democrático: "Que maior bem" — disse ele — "se pode fazer a um povo que dar-lhe leis boas e justas?" E que, Srs. Senadores, não há maior mal, não há desgraça de efeitos mais destrutivos para um povo do que o seu Congresso lhe dar leis arbitrárias e íclicas!

A nossa esperança é que o Congresso Brasileiro não votará este projeto-de-lei nos termos em que está, pelas inconstitucionalidades, pelas injustiças e ilegalidades que encerra! (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cafete Pinheiro) — Para uma comunicação, e na forma do § 2º art. 133, do Regulamento Interno, deu a palavra ao Sr. Senador Joaquim Parente.

O SR. JOAQUIM PARENTE:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, ninguém, nos tempos correntes, pode ter o direito de ignorar o sentido econômico das vias de comunicação. Instrumento do progresso, pela circulação das riquezas materiais e culturais, constituem elas, sem dúvida possível, o grande instrumento da civilização moderna.

Ora, Senhor Presidente, se assim é, nada mais natural que os representantes do povo manifestem suas preocupações com problemas de tal magnitude. E não tem sido outro, com efeito, o motivo desta tribuna ser constantemente utilizada por eminentes companheiros. E' o grito que frequentemente ressoa nesta Casa, a encorajando providências, a clamar por medidas que amenizem ou façam desaparecer tais cuidados.

Ainda agora, Senhor Presidente, devo conciliar as autoridades competentes, convocando sua atenção para um fato que reputo da maior importância.

O Batalhão de Engenharia e Construção, que ora opera em meu Estado, concluiu dentro em breves dias a ligação rodoviária federal entre as cidades de Florianópolis e Canto do Buriti. O normal prosseguimento da obra conduziria a rodovia até São Raimundo Nonato.

Ora, Senhor Presidente, a simples menção desse fato assinala a importância do empreendimento, que proporcionaria a ligação do rio Parnaíba ao São Francisco, via Remanso, no Estado da Bahia, como também a conexão com a rodovia Brasília-Portaleza.

Desta essa referência para que Vossa Excelência, Senhor Presidente, e o Senado verifiquem o inexcusável sentido econômico da ligação Canto do Buriti-São Raimundo Nonato. Em última análise, ela permitirá a ligação com todo o sul do Piauí e o acesso aos Estados vizinhos.

Os trabalhos de abertura desse último trecho estão, entretanto, ameaçados de paralisação, sob o alegado fundamento da inexistência de recursos.

Mrs, Senhor Presidente, essa interrupção seria ruínosa para a economia do meu Estado. Impediria que o Piauí se integrasse com estradas federais de acesso ao Recife, Salvador, Fortaleza, Rio, São Paulo e outros centros.

A todos os com inúmeras dificuldades de todo o ordenamento econômico e social, o Piauí não deve e não pode sofrer mais esse contratempo. Todo o esforço empreendido no rumo de seu progresso, através do incremento à produção, será afinal inútil, se porventura não forem providenciadas, em tempo hábil, as medidas necessá-

rias. A construção do trecho Canto do Buriti-São Raimundo Nonato constitui um imperativo econômico e uma exigência da realidade piauiense do presente.

Confio em que o Sr. Presidente da República, atento, como sempre, aos problemas nacionais, e especialmente à realidade do meu Estado, após a recente visita que lhe fez, não ficará indiferente ao apelo que o a lhe dirijo. Não consinta Vossa Excelência, com sua rara sensibilidade, na pretensão paralisadora, inconveniente e danosa à distribuição dos bens do Piauí. Autorizo Sua Excelência o fornecimento dos recursos materiais para que prossiga a rodovia em sua etapa final. Os gastos serão inexpressivos, em termos da finalidade visada.

Procedo estas recomendações, Senhor Presidente, expressando minha confiança no patriotismo do Chefe do Governo, a cuja clarividência dirijo esse apelo. (Muito bem. Muito bem).

COMPANHIA DE CAMIÃO SENADORES:

Sebastião Archer  
Ribeiro Moriz  
Nogueira da Gama  
José Feliciano  
Filinto Müller

O SR. PRESIDENTE:

(Cafete Pinheiro) — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEN DO DIA

Estão presentes 18 Srs. Senadores. Não há "quorum" para votação. Em consequência, fica adiada a votação das matérias constantes dos itens 1 e 2 da pauta, para a Ordem do Dia da próxima sessão.

Item 3

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 810, de 1965, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 307, de 1964 (nº 813-B-63, na Casa de origem) que concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel e de outras providências.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regulamento Interno.

O projeto voltará à Câmara dos Deputados.

E a seguinte a redação final aprovada:

Redação final das emendas do Senado nº 307, de 1964 (nº 813-B-63, na Casa de origem), que concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel de imprensa, e de outras providências.

#### EMENDA Nº 1

(da Comissão de Redação)

A emenda

Dirige a emenda do projeto a seguinte redação:

"Concede isenção dos impostos de Importação e Consumo, de Emolumentos Consulares e da Taxa de Despacho Aduaneiro, excluída a taxa de Frete e Social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de jornais, periódicos e livros, e de outras providências".

#### EMENDA Nº 2

(da Comissão de Redação)

Do caput do art. 1º

De-se ao caput do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º É concedida, pelo prazo de 5 (cinco) anos, isenção dos impostos de Importação e Consumo, de Emolumentos Consulares e da Taxa de Despacho Aduaneiro, excluída a equipamentos industriais e acessórios destinados à ampliação e instalação, no País, de fábricas de papel para impressão de jornais, periódicos e livros".

#### EMENDA Nº 3

(Corresponde à Subemenda CF e à Emenda nº 1, de Plenário)

Do art. 1º

Acréscitem-se ao art. 1º os seguintes parágrafos:

"Art. 1º .....

§ 4º A isenção de que trata este artigo estende-se aos equipamentos industriais e acessórios nele referido, importados até a data desta Lei.

§ 5º Os benefícios outorgados nesta Lei somente serão concedidos a pessoas físicas brasileiras, cujas pessoas jurídicas brasileiras, cuja maioria do capital pertença a sócios brasileiros.

§ 6º Verificada fraude às disposições do parágrafo anterior, serão cancelados os benefícios, além da imposição de multa correspondente ao valor da vantagem obtida pelo infrator, sem prejuízo de outras sanções cabíveis na espécie.

§ 7º Os favores ou benefícios que vierem a ser concedidos para o papel importado serão automaticamente extensivos ao papel de produção nacional".

#### EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 2, de Plenário)

Aos arts. 3º e 4º Suprimam-se os arts. 3º e 4º do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Cafete Pinheiro) — Fica designado o Senhor Senador Eurico Rezende, Relator da matéria na Comissão de Finanças, para acompanhar o curso do projeto na Câmara dos Deputados.

Item 4º:

Discussão, em turno único, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 808, de 1965), do Projeto de Decreto Legislativo número 1, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 191-A-64, na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que negou registro ao contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 1.032.000.000 (um bilhão de cruzeiros), entre a União Federal e o Governo do Rio Grande do Sul, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro".

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regulamento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1965 (nº 191-A-64, na Casa de origem).

Faro saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu,



Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1965**

*Mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato de empréstimo, no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato, de 30 de abril de 1964, do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro a contrato de empréstimo, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", no valor de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, em 8 de abril de 1963.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) —

Item 5º:

*Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 803, de 1965) do Projeto de Decreto Legislativo nº 18-65 (nº 214-A, de 1965, na Casa de origem), que autoriza o Governo brasileiro a aderir à "Convenção sobre a Abolição da Escravidão", assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926, e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e à "Convenção suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão" firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.*

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação aprovada:

*Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1965 (nº 214-A-65, na Casa de origem).*

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 68, 1º I da Constituição Federal e eu,

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1965**

*Autoriza o Governo Brasileiro a aderir à Convenção sobre a Abolição da Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926, e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de dezembro de 1953, e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Governo Brasileiro autorizado a aderir à Convenção sobre a Abolição da Escravidão, assinada em Genebra em 25 de setembro de 1926 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura ou à aceitação em 7 de

dezembro de 1953, e à Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, firmada em Genebra a 7 de setembro de 1956.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, rege-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) —

Item 6º:

*Discussão, turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 814, de 1965) do Projeto de Resolução nº 53, de 1965, que suspende a execução das alíneas b e e do artigo 37 da Constituição do Estado de São Paulo, julgadas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida na Representação nº 192, do Procurador-Geral da República.*

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

*Redação final do Projeto de Resolução nº 53, de 1965.*

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, .....

promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº 53, DE 1965**

*Suspende a execução das alíneas b e e do art. 37 da Constituição do Estado de São Paulo.*

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 17 de maio de 1957, na Representação nº 208, do Estado de São Paulo, a execução das alíneas b e e do art. 37 da Constituição do mesmo Estado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, mais um assunto de interesse econômico nacional desejo tratar nesta oportunidade, ainda que em rápidas palavras. O Jornal "O Estado de S. Paulo", do dia 24 do corrente mês estampa memorial encaminhado ao Sr. Ministro do Planejamento pela Associação Nacional de Exportadores de Cereais. Nesse memorial, aquela entidade faz sentir, com fundamentadas razões, que a grande safra de milho que temos este ano, segundo os cálculos com um excedente de consumo interno da ordem de dois milhões de toneladas, encontra sérias dificuldades para exportação.

Muito embora o mercado externo esteja interessado na compra do produto, o preço não é de modo a cobrir e que deve ser pago ao produtor, e mais as elevadas despesas que ocorrem com a exportação de tal cereal, inclusive taxas de juros, despesas portuárias, de transporte e uma infi-

nidade de outras mais, que recaem sobre o cereal e que, em consequência, não permitem seja ele vendido ao preço internacional.

Essa associação de classe pleiteia junto ao Sr. Ministro do Planejamento a redução dessas despesas, no sentido de que o lavrador receba o preço pré-estabelecido pelo Governo — que, aliás, não é um preço elevado, diga-se de passagem — e possa o milho ser vendido no mercado internacional na base corrente.

É necessário, Sr. Presidente, que o Governo atenda nesse sentido o memorial encaminhado, o qual ainda declara que, apesar das previsões de que de março a maio deveríamos exportar trezentas e vinte mil toneladas de milho, não se fez exportação alguma, até agora. E mais ainda, Sr. Presidente, que muitos exportadores, em face da situação, desistiram de qualquer negociação para exportar milho. Chegaram mesmo ao ponto, alguns exportadores, de cancelar aqueles compromissos que já haviam assumido, sendo que os navios que estavam prontos para partir dos países europeus para apurar o milho nos portos brasileiros tiveram suas viagens canceladas e, consequentemente, este cereal já não mais será embarcado.

Sr. Presidente, quero ressaltar que não tenho interesse algum em que o exportador possa obter resultados, possa auferir lucros em exportar esse milho, pois não sou exportador e com eles não tenho conhecimento, mas sabemos todos que se tivéssemos essa facilidade de colher a maior safra de milho de todos os tempos, e se o consumo interno do País não absorverá toda essa quantidade, o Governo deve ter interesse — entendemos nós — em remover os obstáculos às despesas exageradas que recaem sobre a exportação, para que assim possa esse cereal ser exportado e nossos lavradores, em consequência, ter possibilidade de se desfazerem dessa produção. O consumo interno, como já declarei, que deveria ser muito maior e infelizmente não o é pelas razões que já tivemos oportunidade de externar, não absorverá a produção obtida.

Poderia então, o Governo, transformar esse excesso em carne, em beldura em leite, em ovos se não fosse a política econômica não haver permitido a expansão dessas atividades e assim salvarmos a fôrça-motriz o milho e outros sucedâneos para a exportação.

Nessas circunstâncias, deve o Governo dar condições de escoamento no sentido de que o cereal seja comercializado, já que nas condições que foram estabelecidas o produto se tornou gravoso.

Esta a razão pela qual nós, nesta oportunidade, desejamos justificar as nossas palavras em apelo ao Governo, aos órgãos governamentais, no sentido de que atenda, no que for possível, à Associação Nacional de Exportadores de Cereais, para que seja possível dar escoamento à safra de milho. Será uma fonte de divisas: receberemos, em troca da exportação de milho, certa quantidade de divisas de moeda estrangeira, de que tanto necessitamos. Do contrário o milho, no Exterior não alcançará o preço estabelecido pelo Governo, e, com isso, virá o desestímulo para as plantações que se avizinham.

E' preciso que o lavrador tenha vendido as suas colheitas para que haja estímulo na nova lavoura de milho.

Assim, pois, esperamos que o Sr. Ministro do Planejamento, Dr. Roberto Campos tome providências no sentido da exportação da parte excedente dessa grande safra de milho, bem como outras que se fizerem necessárias, para que o nosso homem do campo continue plantando, com entusiasmo, produzindo para a riqueza do nosso País.

Era o que eu desejava dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Não há outros oradores inscritos (Pausa)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, marcando para a extraordinária de hoje, às 21:30 horas, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1965 (nº 2.745-B-65, na Casa de origem), que institui o Código Eleitoral, tendo Parecer favorável, sob nº 818, de 1965, — da Comissão de Constituição e Justiça, com Emendas que oferece, de nºs 1-CCJ a 60-CCJ, e dependendo de decisão final, oferecida pela Comissão sobre as emendas de Plenário.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 813, de 1965, ao Projeto de Resolução nº 44, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 2.970, de 6 de abril de 1955, do Estado de São Paulo, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 479, de 1965).

3

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 815, de 1965, que suspende a execução da Lei nº 124, de 13 de setembro de 1945, do Município de Baturité, Estado do Ceará, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, em seu Parecer nº 569).

4

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 812, de 1965, do Projeto de Resolução número 57, de 1965, que suspende a execução do art. 1º da Lei nº 173, de 7 de outubro de 1948, do Estado de Goiás, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

5

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 812, de 1965, do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1963, que estende aos trabalhadores de Santa Catarina, no couber, os direitos e vantagens das Leis nºs 286, de 8 de junho de 1948, e 1.758, de 5 de dezembro de 1952.

Está encerrada a sessão.

(Levantou-se a sessão às 16 horas e 35 minutos).

**ATA DA 86ª SESSÃO, EM 29 DE JUNHO DE 1965**

(Extraordinária)

**PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA**

As 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores

Senadores:

Edmundo Levi  
Cattete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Sebastião Archer  
Joaquim Parente  
Menezes Pimentel  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Josaphat Marinho  
Jefferson de Aguiar  
Aurélio Vianna  
Nogueira da Gama  
José Feliciano  
Guido Mondim

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê a seguinte:

**EXPEDIENTE**

Do Sr. Presidente da República nos seguintes termos:

**MENSAGEM**

Nº 228, de 1965

(Nº 431-65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.754-A de 1965 (no Senado nº 75-65), que fixa novos valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais, em face das razões que passo a expor:

**Razões:**

O projeto em apêço, ao fixar novos níveis de vencimentos para os funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, contraria o disposto no artigo 5º do Ato Institucional, por acarretar aumento de despesa sem a iniciativa do Poder Executivo.

Por outro lado, cria o projeto novos ônus para o erário, num momento em que se envidam todos os esforços para a contenção dos gastos governamentais, além de estabelecer padrões de vencimentos incompatíveis com os princípios de administração de pessoal, colocando tais servidores em superioridade de tratamento em relação aos funcionários do Poder Executivo.

São estas as razões que me levam a negar sanção ao projeto em da apresentação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 21 de junho de 1965.  
— H. Castello Branco.

**PROJETO VETADO**

Fixa novos valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, fixados pela Lei nº 4.047, de 21 de dezembro de 1961, e alterados pelas Leis números 4.069, de 11 de junho de 1962 e 4.242, de 17 de julho de 1963, passam a ser constantes da tabela em anexo.

Art. 2º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º Aplica-se esta Lei aos servidores inativos, independentes de prévia apostila.

Art. 4º As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 5º Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º Os cargos de carreira e os isolados de provimento efetivo, do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da

1ª Região, serão preenchidos mediante concursos públicos de provas e títulos.

Art. 7º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício de 1964, é o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito especial de Cr\$ 655.546.871 — (seiscentos e cinquenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e um cruzeiros), que será registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Tabela a que se refere o art. 1º da Lei

Símbolo	Valor
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-1	405.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

**MENSAGEM**

Nº 229, de 1965

(Nº 450-65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.707, de 1965 (no Senado nº 73-65), que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

Incide o veto sobre o artigo 3º que considero contrário aos interesses nacionais, pelas razões seguintes:

a) o artigo referido trata de matéria não correlata com a finalidade da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, (Código de Vencimentos dos Militares), que regula tão somente em vencimentos, indenizações e proventos dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica;

b) a Lei nº 2.656, de 2 de junho de 1965, ao conceder uma pensão especial aos beneficiários dos funcionários públicos civis, dos servidores da administração pública descentralizada e dos empregados das sociedades de economia mista, demitidos em decorrência do Ato Institucional, o fez somente para os beneficiários daqueles que, em 9 de abril de 1964, gozavam de estabilidade ou vitaliciedade.

Nessas condições não foram amparados os beneficiários dos empregados com menos de dez anos de serviço, por não estarem eles, na ocasião, incluídos no Capítulo VII do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), que trata da estabilidade dos empregados.

A Lei nº 2.852, de 25 de agosto de 1953, assegurou estabilidade no serviço militar, independente de engajamento ou reengajamento, somente aos sargentos das Forças Armadas, que contassem dez anos de serviço militar.

O parágrafo único do art. 20 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, determina que a praça contribuinte de pensão militar com mais de dez anos

de serviço, expulsa ou não, relacionada como reservista por efeito de sentença ou em virtude de ato da autoridade competente, deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente.

Fugir-se a essas normas, sem um estudo aprofundado das implicações que poderiam advir em prejuízo dos altos interesses das Forças Armadas, é contraproducente, além de criar privilégios, pois a Lei nº 4.656-65 ampara unicamente aqueles que gozavam de estabilidade ou vitaliciedade.

São estas as razões que me levam a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 22 de junho de 1965.  
— H. Castello Branco.

**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO**

Dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O § 2º do art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) passa a ter a seguinte redação:

§ 2º. A contagem do tempo de efetivo serviço será feita em dias e o total apurado convertido em anos, sem arredondamento, deduzidos os períodos não computáveis na forma do Estatuto dos Militares e desprezados os acréscimos previstos para a inatividade pela legislação vigente, exceto o tempo dobrado de serviço de campanha, que é considerado de efetivo serviço.

Art. 2º. É acrescentado ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o seguinte:

“4º. Para os fins deste artigo, o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal prestado anteriormente à Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, será considerado como de efetivo serviço, não dando direito, entretanto, à percepção de atrasados”.

Art. 3º A praça, contribuinte obrigatória da pensão militar, na forma do art. 1º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, expulsa, demitida ou licenciada por força do Ato Institucional ou em virtude de sentença passada em julgado ou de decisão de autoridade competente, deixará a seus herdeiros a pensão correspondente, desde que, na data, da expulsão, demissão ou licenciamento, contasse ou conte 5 (cinco) ou mais anos de serviço.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — No expediente lido figuram mensagens contendo as razões de vetos presidenciais apostos a duas proposições legislativas, a saber:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.707-B, 65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) e

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.754-A 65 na Câmara e nº 75-65 no Senado, que fixa novos valores dos

símbolos dos cargos do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências.

Para apreciação desses vetos, esta Presidência designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 22 de julho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, sem prejuízo da matéria para ela já anunciada.

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar, designa:

— quanto ao primeiro veto, os Senhores Senadores:

Guido Mondim — PSD;

Edmundo Levi — PTB;

Mem de Sá — PL e

— quanto ao segundo, os Senhores Senadores:

Lobão da Silveira — PSD;

Milton Menezes — UDN e

Aurélio Vianna — PSB.

**COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES**

Eugênio Barros

Dix-Huit Rosado

Dinarte Mariz

Dylon Costa

Eurico Rezende

Raul Glubert

Gilberto Marinho

Filinto Müller

Bezerra Neto

Atílio Fontana

Daniel Krieger

Mem de Sá (12)

**O SR. PRESIDENTE:**

(Nogueira da Gama) — Não há oradores inscritos.

Passa-se a

**ORDEM DO DIA**

Item 1º:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1965 (nº 2.745-B/65, na Casa de origem), que institui o Código Eleitoral, tendo

PARER FAVORÁVEL, sob nº 218, de 1965,  
— da Comissão de Constituição e Justiça, com as emendas que oferece, de nºs 1-CCJ a 60-CCJ, e dependendo de pronunciamento da mesma Comissão sobre as emendas de Plenário.

Solicito o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Para esse fim, dou a palavra ao eminente Relator, o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

**O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:**

(Para emitir parecer) — Sr. Presidente, pela Comissão de Constituição e Justiça, vou proferir o parecer sobre as 104 emendas de Plenário.

A Comissão de Constituição e Justiça, no seu primeiro parecer, apresentou as emendas de nº 1 a nº 60, de modo que a numeração das emendas de Plenário começa em 61.

Emenda nº 61:

O parecer é contrário. (L)

É um substitutivo completo, cuja aprovação determinaria a rejeição total do Projeto, cujas disposições, entretanto, em grande estilo ali contempladas. Assim também as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e as de Plenário alteram vários dos preceitos do Substitutivo, em relação ao qual damos parecer contrário por considerarmos caminho adequado para a elaboração de uma boa lei eleitoral partirmos do Projeto do Executivo com a apreciação das emendas.

**EMENDA Nº 62**

Parecer contrário

Altera a redação do artigo 1º. A matéria já está disciplinada, por melhor forma, e para os mesmos efeitos, pela emenda nº 1 — C.C.J.

O Examinante Internado foi o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal do Tribunal Superior Militar, em sessão de 19 de maio de 1942, tendo sido presente o Examinador e o Examinado, o Sr. Major Miguel José de Albuquerque e Silva, e o Sr. Dr. seu artigo 2º, que não admite computadores para a contagem do primeiro bilhete em períodos de afastamento no exterior de mais de 12 meses. Resolvido nº 9.330, do mesmo Tribunal, datado de 1942, reafirma-se as regras da questão: resolve-se, pelo artigo 6º que não é válido o desrespeito, em relação ao primeiro bilhete, quando deduzidos os períodos em que o Examinado esteve no exterior de mais de 12 meses, para a contagem do primeiro bilhete se considerar "o período de sua prisão que decorreu de sua prisão anteriormente".



## EMENDA Nº 77

## Parecer favorável

A supressão do parágrafo único do artigo 16, que a emenda propõe, decorre da emenda anterior, a que damos parecer favorável. Opinamos, portanto, pela aprovação da presente emenda.

## EMENDA Nº 78

## Parecer contrário

Regula o § 1º do artigo 17 a nomeação para o Tribunal Superior Eleitoral de juizes ou categoria de juristas, proibindo que da lista triplíce enviada pelo Supremo Tribunal Federal participem magistrado aposentado ou jurista que há menos de quatro anos tenha sido membro de diretório de partido político ou tenha disputado ou exercido cargo eletivo. A emenda elimina os casos de redação, os quais todavia, são perfeitamente aceitáveis, pelo que damos parecer contrário.

## EMENDA Nº 79

## Parecer contrário

Manda substituir, no § 2º do artigo 17, a expressão "lista triplíce" pela expressão "lista organizada". Não atinamos para a vantagem ou os objetivos da troca. A lista é triplíce e como tal deve, sempre, ser nomeada. Parecer contrário.

## EMENDA Nº 80

## Parecer favorável, com subemenda

Introduz modificações ao texto do § 3º, do artigo 17, o qual, por si, é incorreto, não o melhorando, contudo, o proposto pela emenda. O melhor no caso, é restabelecer *ipsis litteris*, o texto proposto pelo Tribunal Superior Eleitoral no seu anteprojeto e para esse fim apresentamos subemenda.

## EMENDA Nº 81

## Parecer favorável, com subemenda

A emenda pretende repetida, no § 4º do artigo 17, uma ressalva, quanto à nomeação de juizes da categoria de "juristas" para o Tribunal Superior Eleitoral, ressalva que já está contida, declaradamente, no § 1º, em que se cogita da lista triplíce organizada pelo Supremo Tribunal Federal. Não há necessidade de renovar-se, aqui, a proibição. Se, por inadvertência, ocorrer o fato, a nomeação não se fará pelo Presidente da República, quando, a seu tempo, o verificar, pela simples razão de que a indicação é nula de pleno direito.

Em dois pontos, porém, é procedente a modificação objetivada pela emenda. Um ponto, é o de incluir o tema "empresa; antes da expressão "concessionária de serviço público" isto, para bem precisar do que se trata. O outro ponto, é o de suprimir no parágrafo, *in fine*, a referência a "contrato" celebrado com a administração pública, o que, evidentemente, restringe as cautelas consagradas na disposição. Aproveitando as duas sugestões, apresentamos subemenda.

## EMENDA Nº 82

## Parecer contrário

Propõe modificação do texto do artigo 1º, sem a menor alteração de natureza substancial. Somos pela manutenção do texto do projeto, de modo que o parecer é contrário.

## EMENDA Nº 83

## Parecer contrário

Assegura ao Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral passagem gratuita, em todo o território nacional, nas empresas de transporte aéreo subvencionadas pelo Governo Federal, e para isso, introduz um inciso, que seria o V, no parágrafo 2º do artigo 18, em que está regulado o desempenho das atribuições pelo Corregedor. Não parece razoável o favor, uma vez que a Justiça Eleitoral tem dotação orgânica que lhe permite custear essas viagens. Parecer contrário.

Corregedor, que não serão, aliás, muitas, ainda menos serão frequentes. De resto, a concessão, não restrita a motivações de serviço oficial, poderá gerar abusos, que devemos evitar.

## EMENDA Nº 84

## Parecer contrário

Repete, sem mudança de uma palavra, o texto da emenda anterior, que já teve parecer contrário.

## EMENDA Nº 85

Parecer favorável, com subemenda. Propõe melhor redação para o artigo 19. O parecer é favorável, com subemendas.

## EMENDA Nº 86

## Parecer contrário

Propõe modificação de redação ao parágrafo único do artigo 21, eliminando, contudo, de causa da ilegitimidade da suspensão de membro do Tribunal ao Procurador Geral que nele sirva ou de funcionário de sua Secretaria, o fato de haver o excipiente, ele próprio provocado a suspensão. Damos parecer contrário, por se nos afigurar inatacável o texto do Projeto, vindo, aliás, do anteprojeto do Tribunal Superior, nestes limpidos termos: "Será ilegítima a suspensão quando o excipiente a provocar ou, depois de manifestada a causa, praticar ato que importe em aceitação do arguido".

## EMENDA Nº 87

## Parecer contrário

Pretende substituição de termos na letra "c", inciso I, do artigo 23, o que nos não parece necessário. A construção "suspensão ou impedimento aos seus membros, ao Procurador Geral e aos funcionários de sua Secretaria" afigura-se nos correta e até mais elegante do que a proposta pela emenda, "suspensão ou impedimento dos seus membros", etc.

Na fase referida pelo Projeto há um verbo oculto, que pode ser levantar suspensão levantada aos (ou contra os) membros do Tribunal. A fórmula do projeto é oriunda do anteprojeto do Tribunal Superior, que a adotou intencionalmente, tanto que a repetiu no artigo 29, na enumeração dos casos de competência dos Tribunais Regionais. Verdade é que, no § 2º do artigo 28, usando, entretanto, o verbo *arguir*, obedeceu à fórmula que a emenda propugna.

Nosso parecer é contrário, pelos motivos inicialmente expostos.

## EMENDA Nº 88

## Parecer favorável

Manda incluir na letra "e" do inciso I do artigo 23, referente às autoridades coatoras em "habeas corpus" ou "mandado de segurança" apreciados pelo Tribunal Superior, referência ao "próprio Tribunal Superior". Ficaria, assim, redigida a parte inicial da disposição: o "habeas corpus" ou mandado de segurança em matéria eleitoral, relativos a atos do Presidente da República, dos Ministros de Estado, do próprio Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais.

## EMENDA Nº 89

## Parecer favorável, com subemenda

Propõe para a letra "e", *in fine*, do inciso I, do artigo 23 (competência do Tribunal Superior Eleitoral) a substituição da expressão "prover sobre a impetração" pela "dile conhecer". Ficaria, então, assim redigida essa parte: "habeas corpus", quando houver perigo de se consumir a violência, antes que o juiz competente possa dile conhecer".

O novo texto fica melhor ajustado à Constituição (art. 101, inciso I, letra "h") (competência do Supremo Tribunal Federal), onde, efetivamente, se faz na impossibilidade de o outro juiz ou tribunal conhecer do habeas corpus antes de se consumir a violência. O parecer é favorável, com subemenda, para que essa parte final

constitua letra autônoma, tal como se propôs na emenda de número 7, da Comissão de Constituição e Justiça, que fica prejudicada, se aprova a subemenda.

## EMENDA Nº 90

## Parecer contrário

Sugere que na parte final da letra n do inciso I do artigo 23, substitua-se a expressão "parte interessada" pela expressão "candidato interessado". O Projeto da ao partido, candidato ou parte interessada a possibilidade de pedir o desaforamento dos feitos não decididos nos Tribunais Regionais dentro de trinta dias da sua conclusão ao Relator. A medida é salutar e não há porque excluir da sua impetração qualquer parte, contanto que interessada. Essa condição pode ocorrer, muitas vezes, sem que se possa caracterizar a situação de candidato, não raro empenhado em não aparecer, dado o aspecto antipático da providência. Parecer contrário.

## EMENDA Nº 91

## Parecer contrário

Modifica o § 2º do artigo 29, que, no Projeto, está assim redigido: "No Distrito Federal, obediência os requisitos estabelecidos no parágrafo anterior, o Procurador Regional Eleitoral será um dos Procuradores da República de 1ª categoria". Tal disposição inova sobre o preceituado no atual Código Eleitoral, em cujo artigo 15, § 3º, se declara que funcionará como Procurador Regional junto ao Tribunal o Procurador Geral do Estado ou do Distrito Federal". Posteriormente ao Código, que é de 1950, a lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951 (*Lei Orgânica do Ministério Público da União*) mandou servir como Procurador Regional junto a cada Tribunal Regional Eleitoral o Procurador da República no respectivo Estado e onde houvesse mais de um, aquele designado pelo Procurador Geral da República (art. 75). Mantive, contudo, pelo § 1º, a regra anterior de que no Distrito Federal as funções de Procurador Regional Eleitoral seriam exercidas pelo Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal.

O anteprojeto eleitoral organizado pelo Tribunal Superior respeitou o precedente legal e a ele faz expressa remissão (art. 27, § 1º). Na Câmara o Deputado Wilson Calmon apresentou emenda sobre o Ministério Público Eleitoral, estabelecendo, então, que no Distrito Federal as funções de Procurador Regional Eleitoral passariam a ser exercidas por um dos Procuradores da República de 1ª categoria (Emenda nº 561). O nobre Relator da matéria naquela Casa, Deputado Ulisses Guimarães, acolheu a lembrança, aproveitando-a no seu Substitutivo, onde o preceito ficou constituído o § 2º do artigo 29.

Pretende revogá-lo a emenda, para voltar-se ao sistema anterior, sob a alegação de que assim é por lei (o atual código eleitoral); assim está no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (Resolução de 1958); ainda o cargo de Procurador Geral do Distrito Federal, que o é também dos Territórios Federais, é cargo exercido em comissão, sendo de imediata confiança do Presidente da República e do Ministro da Justiça, sendo, pois, um servidor federal, como o é o Procurador Geral da República, nomeado, também, em comissão; ademais importa injustiça fazer que o Procurador Geral da República funcione junto ao Tribunal Superior e não dar o mesmo status junto ao Tribunal Regional do Distrito Federal ao Procurador Geral do dito Distrito Federal; desde a criação da Justiça Eleitoral, é o Procurador Geral do respectivo Tribunal Regional, não se justificando a designação de um dos Procuradores da República para o cargo, quando em Brasília não

há, ainda, e sequer, eleições para vereadores e o seu Tribunal Regional responde pela normalidade das eleições nos três Territórios Federais, de que é, também, Procurador o Procurador Geral do Distrito, conhecedor dos seus problemas e obrigado, por lei, a fazer carreira nesses terras suas funções junto ao Tribunal Eleitoral não acarreta o Procurador Geral do Distrito ônus para o Tesouro Federal, visto receber os seus vencimentos com Procurador Geral do Distrito Federal e Territórios.

A alegação de o código eleitoral atual dispõe com a pretensão fazer a emenda, não convence, porque a lei é reformável, quando ao legislador ordinário ocorrem melhores razões, apercependo o dano dos costumes ou circunstância de o preceito, que era do código eleitoral (Lei nº 1.134, de 1950), haver sido inscrito no Regimento do Distrito Federal ainda menos convence, porque o Tribunal não podia fugir, ao elaborar seu Regimento Interno, à norma legal, com, amanhã, regulará, diferentemente, no seu mesmo Regimento, se a lei mudar. Não importa, por outro lado, que o Procurador Geral do Distrito Federal seja servidor federal, da imediata confiança do Presidente da República, como o é o Procurador Geral da República, nomeados, ambos, em comissão. Aquela condição é imperativo constitucional, quando a Constituição cometeu a lei federal (art. 25) a criação do Distrito Federal e dos Territórios, observado o disposto no artigo 124 da mesma Constituição, que "aquele que enumera os princípios por que se deve regular a lei estadual, quanto à organização da Justiça do Estado. Na parte em que ordenou essa legislação federal para os negócios do Distrito Federal (artigos 25 e 26) nenhuma disposição especial contemplou a Constituição (nem tucionais) por forma a se atribuir ao Ministério Público do Distrito funções eleitorais, ao passo que no artigo 125 da Constituição está dito que o Ministério Público da União funcionará junto à Justiça comum, à militar, à eleitoral e à do trabalho.

Exemplificadamente, a emenda constitucional nº 3, de 1961, positivou, em relação ao Distrito Federal e aos Territórios, que a lei federal que lhes daria a organização administrativa e judiciária disponha (observadas as normas gerais estabelecidas pela Constituição, relativamente à União (sic) — sobre a criação e extinção de cargos e serviços públicos e a fixação dos respectivos vencimentos" (art. 1º). Vem daí, obviamente, e ainda mais inequivocamente do que na Constituição votada em 1946, a condição de servidor federal do Procurador Geral do Distrito Federal. Mas essa condição não lhe dá a nenhum título, o privilégio de integrar o Ministério Público da União, que é diverso do Ministério Público local (Estados, Territórios e Distritos Federais), a cuja organização devem, apenas, presidir as garantias asseguradas pelos artigos 127 e 128 da Constituição Federal.

Ora, ao Ministério Público da União cumpre funcionar, com o determina o art. 125 mesmo da Constituição, junto a justiça eleitoral. Se a justiça eleitoral, no País, é uma, quer dizer, regida por uma só lei, que é Federal, "ex vi" do inciso XV do artigo 5º da Constituição, que declara cumprir à União legislar sobre direito eleitoral, excluindo, solenemente, pelo artigo 6º, a legislação estadual supletiva ou complementar, com fazer do Procurador Geral do Distrito Federal um titular permanente das funções eleitorais, com exclusão peremptória do Ministério Público da União?

Se desde a criação da Justiça Eleitoral foi assim, corrija-se, agora, o erro. A criação da Justiça Eleitoral "ponto culminante" da reforma eleitoral brasileira de 1932, com se ex-



pressa, com toda justiça o Ministro Agárd Costa (ver A Legislação Eleitoral Brasileira — 1964 — pag. 133) antecedeu de quase três lustros a Constituição de 1946. Foi feita por decreto, na ausência de parlamento, melhor dito, em plena fase de poderes discricionários. Se depois da Constituição de 1946, persistiu-se no erro, parte dela foi reparada em 1951, pela lei nº 1.341. Todo tempo e tempo para reparar-se a outra parte, e é o que fala o Projeto, certo das razões apontadas, e, ainda, da absoluta impossibilidade de vincular, hierarquicamente, ao Procurador Geral da República, que responde, quanto ao seu mistério específico, pela fiscalização e disciplina dos negócios eleitorais, o Procurador Geral do Distrito Federal.

Por tudo exposto, e demais suplementos de direito, é contrário nosso parecer à emenda nº 91.

## EMENDA Nº 92

## Parecer Favorável

Manda substituir no artigo 30, a palavra singular "voto" pelo plural "votos". De acordo.

## EMENDA Nº 93

## Parecer Favorável

Manda aplicar aos casos de suspeição levantados perante o Tribunal Regional Eleitoral o disposto no parágrafo único do artigo 21. De acordo.

## EMENDA Nº 94

## Parecer favorável, com subemenda

Melhora a redação da letra a do inciso I do artigo 31. Parecer favorável, com subemenda.

## EMENDA Nº 95

## Parecer favorável

Manda acrescentar na letra b do inciso I do artigo 31, onde aos Tribunais Regionais se reconhece a competência para decidir os conflitos de jurisdição entre juizes eleitorais do respectivo Estado, as expressões "Distrito Federal ou Territórios". Parecer favorável.

## EMENDA Nº 96

## Parecer favorável, com subemenda.

Manda substituir, na letra c, *in fine*, do inciso I do artigo 31, as expressões "possa prover sobre a impropriedade" pelas expressões "possa dele conhecer". Remontando às razões de aceitação, com subemenda, da emenda nº 89, damos a esta parecer favorável, também com subemenda, a qual, se aprovada, prejudicará a emenda da Comissão de Constituição nº 11.

## EMENDA Nº 97

Parecer contrário, pelas mesmas razões anteriormente expostas para a rejeição da emenda nº 87, que pretendia igual alteração.

## EMENDA Nº 98

Parecer contrário, pelos mesmos motivos apresentados quando do parecer pela rejeição da Emenda nº 90.

## EMENDA Nº 99

Melhora a redação do inciso III do Artigo 32. Parecer favorável.

## EMENDA Nº 100

## Parecer favorável

Colima, em relação ao inciso V do Artigo 32, o mesmo objetivo da emenda anterior. De acordo.

## EMENDA Nº 101

## Parecer favorável

Melhor redação do inciso X do Artigo 32. De acordo.

## EMENDA Nº 107

## Parecer contrário

Refere-se a emenda à letra b do inciso II do artigo 33, pretendendo, nele, um acréscimo. Ocorre que o artigo 33 não tem parágrafo, muito menos incisos. O artigo 32 tem incisos numerados de I a XIX, este dividido em letras, mas a matéria da emenda não se adapta à letra b do inciso. O artigo 37 contém numerosos incisos, mas nenhum deles se desdobra em letras. Não conseguimos localizar a disposição a que a emenda se dirigisse. Dai, o parecer contrário, por impertinência de matéria.

## EMENDA Nº 103

## Parecer favorável

*em parte, e noutra, com subemenda*  
Compõe-se esta emenda de duas partes. Uma, modificando o artigo 38 do Projeto, no sentido de o número de membros componentes de uma Junta Eleitoral, poder ser de dois (2), quatro (4) e seis (6), e não somente de dois e quatro. Alega-se que, assim, o número de membros de uma junta será proporcional às necessidades de cada zona eleitoral, constituindo-se em turmas de dois, quatro ou seis membros sob a supervisão de juiz presidente, consoante o número de urnas a apurar. Em consequência, o artigo 167, inserto no capítulo que trata da apuração, sofre alterações, umas de fundo, outras de redação, e que são melhor consubstanciadas em subemendas que propomos. Assim, o parecer é totalmente favorável à primeira parte da emenda, e quanto à segunda parte, favorável, nos termos da subemenda.

## EMENDA Nº 104

## Parecer favorável

Altera a redação do inciso I do § 3º do artigo 38. Favorável com subemenda.

## EMENDA Nº 105

Não é ao inciso II do § 3º do artigo 47, onde não há inciso, mas do artigo 48, em que são abertas exceções ao princípio geral de vinculação permanente do eleitor à seção eleitoral indicada no seu título. Uma das exceções é a transferência de residência do eleitor para "lugar muito distante de seção em que se acha inscrito". A emenda manda dizer "para lugar mais próximo de outra seção", e está certa, até porque para essa seção, mais próxima do lugar da sua nova residência, é que estará o eleitor afinal, pedindo transferência.

## EMENDA Nº 106

## Parecer favorável

Emenda de redação ao inciso I do § 3º do artigo 48, sem alterar a norma. De acordo.

## EMENDA Nº 107

## Parecer favorável

Acrescenta ao § 4º do artigo 47, *in fine*, a ressalva "ou o fizerem a pessoa não autorizada por escrito". Justifica-se que "é preciso deixar bem claro que a proibição de entrega de título a pessoa não credenciada, é geral". Salvo engano, a permissão está bem claramente expressa, de início, no próprio parágrafo 4º: "a entrega far-se-á ao próprio eleitor, mediante recibo, ou a quem o eleitor autorizar por escrito o recebimento". É prudente, contudo, renovar-se, no fecho da disposição, a ressalva a que se alude na emenda.

## EMENDA Nº 108

## Parecer contrário

Manda abonar ao escrivão do cartório do Registro Civil que fornecer,

gratuitamente, como o exige a lei as certidões de nascimento dos alistados, uma gratificação semestral, correspondente a um terço da custa fixada no Regulamento, a pagar pelo Tribunal Regional, por certidão expedida, à vista da respectiva relação, visada pelo juiz eleitoral da zona. A intenção é nobre e a remuneração, sem dúvida, merecida. Mas não tendo a emenda indicado dotação orçamentária global, de que apenas se destacasse, nomeando-a, determinada quantia para a apontada finalidade, a iniciativa esbarra em obstáculo constitucional. Parecer contrário.

## EMENDA Nº 109

## Parecer favorável

Ao empregado que, segundo o artigo 50, pode mediante comunicação com quarenta e oito horas de antecedência, faltar ao trabalho, sem perda do salário, e por tempo não excedente a dois dias, para o fim de se alistar eleitor ou requerer transferência, manda a emenda acrescentar "o servidor público, autárquico, de entidade paraestatal" esclarecendo já agora, que o empregado a que o mesmo artigo originariamente, se refere, é o empregado de empresa privada. Nada há que opor.

## EMENDA Nº 110

## Parecer favorável

Ao art. 52, em que se autoriza o alistamento de cegos nas próprias sedes dos estabelecimentos de que sejam internados, manda a emenda acrescentar a ressalva "em condições de serem alistados", argumentando-se, na justificação, que nem todos os cegos poderão ser alistados. Ainda que essa prejudicial estivesse, em verdade, subentendida, tanto mais quanto o artigo anterior, de nº 51, reporta-se, explicitamente aos "cegos alfabetizados pelo sistema Braille que reunirem as demais condições de alistamento" (a alfabetização pelo sistema Braille é, pois, uma das condições, ou melhor dito, a condição essencial) não haverá nenhum inconveniente em repetir-se, no art. 52, a reserva feita no art. 51.

## EMENDA Nº 111

## Parecer contrário

A emenda se reporta ao § 2º, do art. 59, mas a matéria dela constante não se ajusta, de nenhuma forma, a essa disposição do Projeto, nem encontramos, na vizinhança de artigos, onde encaixá-la. Parecer contrário, por fundamentos de impertinência.

## EMENDA Nº 112

## Parecer contrário

A emenda pretende que o § 1º do art. 65 do Projeto, onde se declara que "os preparadores serão nomeados por indicação do Juiz Eleitoral, mesmo que a nomeação haja sido requerida por partido ou candidato" seja substituído por novo texto, de que conste que os preparadores "serão nomeados por indicação do juiz eleitoral, dentre os nomes sugeridos pelos partidos políticos". Alega-se que a legislação eleitoral vigente (Lei nº 3.338, de 14 de dezembro de 1957), adota o critério recomendado pela emenda, e que não há razão para mudá-lo, como o faz o Projeto.

Entende-se, preliminarmente, que o Projeto não impede a escolha de preparador pelo partido ou candidato, apenas exige que a nomeação se faça por indicação do Juiz Eleitoral. É que ao Juiz Eleitoral cumpre joear as indicações, até por atender às exigências do § 2º do mesmo artigo, podendo, portanto, recusar, fundadamente, todas as indicações, oriundas de partidos ou candidatos, para fazer afinal a sua, espontânea, como também assim agir na hipótese, que pode ocorrer, de não ter havido nenhuma

indicação. O que o Projeto faz, em suma, é resguardar a livre iniciativa do juiz, neste passo da escolha dos Preparadores eleitorais, e nisso está certo.

De resto, não é outra a posição da invocada Lei nº 3.338, quando, no seu art. 3º, § 1º dispõe que "os preparadores serão nomeados mediante representação de partido político por seus delegados, ou dos próprios juizes eleitorais (o grifo é nosso) e escolhidos, de preferência", etc. A emenda, ao reverso disso, junte o juiz às indicações partidárias, o que não é salutar, e não terá dado, cremos firmemente, os ótimos resultados apregoados.

Em resuma, o melhor processo da escolha é o do Projeto, e com êis ficamos, apresentando parecer contrário à emenda. Além de que, o Projeto é mais liberal do que a emenda, porquanto esta restringe a indicação dos preparadores aos partidos políticos, enquanto aquela a defere, também, aos candidatos.

A investidura dos Preparadores Eleitorais se faz, enfim, através de três estágios: representação dos partidos ou candidatos, apontando nomes; indicação do juiz, com base nessa representação, depois de devidamente apreciada o ude sua livre iniciativa, em falta ou na hipótese de inaceitabilidade dos nomes oferecidos; nomeação pelo Tribunal Regional. Não há, por conseguinte, o que alterar no Projeto.

## EMENDA Nº 113

## Parecer favorável

Emenda de redação ao inciso IV do § 3º do art. 65, "sem alterar o sentido da norma", diz-se na justificação. De acordo.

## EMENDA Nº 114

## Parecer favorável

Compõe-se a emenda de duas partes. Pela primeira, manda substituir, no art. 71, a expressão "por telegrama", que o Juiz Eleitoral dirigirá ao Tribunal Regional, comunicando o encerramento da inscrição de eleitores, pela expressão "pelo meio mais rápido a seu alcance". Em consequência, faz-se, no § 1º do artigo, também a substituição da expressão "do telegrama" pela "da comunicação". O parecer é favorável.

## EMENDA Nº 115

## Parecer favorável

Acrescente ao inciso V do art. 74 a expressão "o eleitor", depois do verbo "deixar". De acordo, preferindo, contudo, a fórmula "deixar de votar o eleitor", o que poderá resultar de emenda na redação final, dispensada, agora, uma subemenda.

## EMENDA Nº 116

## Parecer favorável

Preconiza a supressão do art. 77, por já estar atendida a matéria no § 1º do art. 74. De fato, assim acontece. Parecer favorável.

## EMENDA Nº 117

*Parecer favorável, com subemenda*  
Altera a redação do art. 73, onde se diz que "qualquer irregularidade determinante da exclusão será comunicada por escrito, e por iniciativa de qualquer interessado, ao juiz eleitoral, que observará o processo estabelecido no artigo seguinte". A justificação da emenda anterior, dando pela coincidência do art. 77 com o § 1º do art. 74, e, portanto, suprimindo-o, desperta a nossa atenção para a coincidência desse art. 73 também como o § 1º do art. 74, onde se diz que "a ocorrência de qualquer das causas enumeradas no artigo acarretará a exclusão do eleitor, que poderá ser promovida *ex officio*, a requerimento do delegado de partido ou de qualquer eleitor". A diferença é que

circunscreve, aqui, a eleitor a iniciativa que ali se concede a "qualquer interessado" além do não se especificar, aqui, que a representação, será "por escrito", o que tudo poderá se explicitar, por subemenda, no referido § 1º do art. 74. O parecer é favorável, em termos tais, aceita, porém a restrição imposta à iniciativa pelo art. 74.

#### EMENDA Nº 118

##### *Parecer contrário*

Acrescenta ao artigo 91 um parágrafo primeiro, passando o parágrafo único a ser numerado como segundo. O artigo 91 dispõe que "somente poderão concorrer às eleições candidaturas registradas por partidos". E o seu parágrafo único determina que o pedido de registro, sob pena de não ser admitido, se fará dentro do período de seis meses antes da eleição.

O parágrafo que a emenda pretende incorporar consta do Projeto da Lei Orgânica dos Partidos, em tramitação na C.M., inserida na parte em que se regula a realização da convenção para eleição dos Diretores regionais (Projeto Nº 118 — art. 49 § 3º). Ali é o seu lugar, pelo que damos parecer contrário à emenda, por sua incompetência no presente projeto. Deveremos, aliás, acentuar que, no projeto de estatuto dos Partidos, há emenda transformando a presença de representante do Tribunal Regional.

#### EMENDA Nº 119

##### *Parecer contrário*

Transforma o parágrafo único do art. 12 em parágrafo 1º e acrescenta parágrafo 2º, que será o segundo, e no qual se admite que a ausência de filiação partidária, prevista no parágrafo anterior, possa ser excepcionalmente dispensada nas eleições majoritárias, enquanto o estabeleça e regule o estatuto partidário. O atual parágrafo único do artigo 12 obriga o candidato nas eleições realizadas pelo sistema proporcional ou majoritário a filiação ao partido na circunscrição em que concorrer, pelo tempo que for fixado, no respectivo estatuto. O artigo em que se a norma se insere é o que veda o registro do candidato, embora para certos diferentes, em mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição. Destarte, a uma regra proibitiva, como esta, de candidatar-se alguém por mais de uma circunscrição eleitoral, v.g., candidatar-se a Senador por São Paulo e pela Bahia, ou a Senador por São Paulo e Deputado Federal pela Bahia) ou de candidatar-se, na mesma circunscrição, a mais de um cargo eleitoral, v.g., na Bahia a Governador e a Deputado Federal, segue-se a exigência compreensiva de, em ambas as eleições a de tipo majoritário e a de tipo proporcional, ser o candidato filiado ao Partido na circunscrição em que concorrer, o que vale dizer, não prevalece a filiação e qualquer outra circunstância.

A exigência desse espírito de filiação completa e ordenamento na cabeça do artigo, e não o faz por linha drástica, desde que corre ao respectivo estatuto partidário a fixação do tempo de filiação. Acresce considerar que o Projeto, propondo-se a vitalizar a vida partidária, dá muita relevância, e nem poderia deixar de ser, à condição de filiação a um partido, não permitindo abstrair-se exceção de que poderia redundar, na prática, a total inobservância da regra. Deixar o parecer contrário, reconhecendo que o prudente arbítrio dos partidos atenuará nos seus estatutos, os males lembrados na justificativa da emenda.

#### EMENDA Nº 120

##### *Parecer favorável (com reservas)*

Acrescenta ao parágrafo 2º do artigo 91 depois da expressão "Direto-

rio Municipal", estourtras "não esteja organizado", ficando, então, o parágrafo redigido, inicialmente, pela seguinte maneira: "O disposto no parágrafo anterior somente se aplicará nos casos em que o Diretório Municipal não esteja organizado, tenha renúncia ou não dissolvido", etc. Parecer favorável, com ressalva de melhor exame de matéria até a votação em Plenário.

#### PARCER Nº 121

O parecer a essa emenda é contrário em virtude do parecer rejeitando a Emenda de nº 119.

#### EMENDA Nº 122

##### *Parecer contrário*

Sapientia, no parágrafo 1º, do art. 2º, o inciso V. O artigo 13 é o que disciplina o registro de candidato, enunciando as várias letras do parágrafo 1º a necessidade documental, em que avulta, no inciso V, a "folha corrida preenchida pelos cartórios competentes, para que se verifique se o candidato está no gozo dos direitos políticos (artigos 132, inciso III e 135 da Constituição Federal)".

Tra am essas disposições constitucionais, a do artigo 132, inciso III, do impedimento em que se encontram, para se alistarem eleitores, os que estejam privados, temporariamente, dos direitos políticos, e a do artigo 135, dos casos factíveis de suspensão ou perda dos direitos políticos.

A exigência do projeto do Projeto, dado o seu insubstituível fundamento constitucional, não poderia ser suprido, como o deseja a emenda, pelo atestado de bons antecedentes, passado por autoridade competente, do lugar de residência do candidato. O que se requer, no Projeto, poderia ser assim satisfeito, mas a prova de cidadania, que só pela forma indicada se poderia alcançar. O anteprojeto do Tribunal Superior referia-se, tão só, a folha corrida, como condição de registro. Foi a Câmara que introduziu no inciso as condições que tornam irrecorrível a cédula, a que damos, por isso, parecer contrário.

#### EMENDA Nº 123

##### *Parecer favorável, com subemenda*

A emenda introduz modificações no inciso III do § 1º do artigo 98 e acrescenta ao artigo um parágrafo, que tornará o número 3, tudo para condicionarmos o disposto ao substanciado hoje na Constituição Federal, através da Emenda Constitucional nº 14, de recente promulgação. Parecer favorável, com subemendas.

#### EMENDA Nº 124

##### *Parecer favorável*

Manda suprimir, no § 3º do artigo 101, o termo "incompatibilidades", ficando apenas o termo "ineligibilidades", sob o fundamento de que as incompatibilidades se apuram depois do eleito o candidato e o artigo 101 prevê ao registro de candidaturas, admitindo contra ele impugnações, com base, diz o § 3º, em "ineligibilidade" ou "incompatibilidade". Parecer favorável à emenda.

#### EMENDA Nº 125

##### *Parecer favorável, com subemenda*

Admite a exigência, por modificação de redação do § 3º, do artigo 105, que nas eleições majoritárias, se o candidato vier a falecer ou renunciar, até dez (10) dias antes do pleito, o partido poderá substituí-lo. O artigo 105 disciplina as consequências do cancelamento do registro do candidato, a renúncia do próprio candidato, e prevê a sua substituição, devendo o novo pedido de inscrição ser apresentado pelo partido até sessenta dias antes do pleito, observadas as normas normais quando o candidato tiver o seu

registro negado por força da impugnação julgada procedente. Art. 105, §§ 1º e 2º). Já o § 3º desse Artigo 105 fala em renúncia ou morte do candidato, em eleição majoritária, dentro do período mencionado no parágrafo anterior, que não é nenhum, porque aí não se prefixa nenhum prazo, obrigando, então, o interpretador a concluir que seja o mesmo período de sessenta (60) dias anteriores do pleito, dentro do qual se fará o registro do substituto do candidato que não foi o cancelamento do seu registro. Intendemos que o § 3º, quando o Projeto o fala em renúncia, está prevendo a mesma hipótese do cancelamento do registro, relativo a eleições proporcionais. A essa renúncia, nas eleições majoritárias, devem presidir as mesmas regras estabelecidas para o cancelamento de registro nas eleições proporcionais, ainda que o falecimento e a renúncia, como fala a justificativa da emenda, sejam "atos distintos ao poder de decisão dos partidos".

Por evitarmos, entretanto, que uma renúncia, em eleições majoritárias, sirva a propósitos partidários inaceitáveis, o que pode acontecer, julgamos razoável o curto prazo de dez dias, como o propõe a emenda, para registro de substituto em caso de falecimento do candidato. Nestes termos, o parecer é favorável à emenda, com subemenda.

#### EMENDA Nº 126

##### *Parecer contrário*

A emenda visa a eliminar do Artigo 103, inciso I, o critério do "sorteio" para o alistamento, na cédula oficial única, dos nomes dos candidatos, nas eleições majoritárias, propondo que esses nomes fiquem em primeiro lugar, rotacionadamente, sendo cada forma distribuída as cédulas pelas seções eleitorais, em proporções iguais para cada uma. Não há dúvida que a melhoria para o lugar preeminente nas cédulas corresponde ao desejo de obter, por esse meio vantagens eleitorais, que ainda existem, mas acabam desaparecendo, com a crescente alfabetização e politização do eleitorado. Para remediar o inconveniente, paremos o "sorteio", agora adotado pelo Projeto, a melhor maneira, por sua conação de literalmente impossível, capaz de favorecer a qualquer dos candidatos. Foi o sorteio, tanto para as siglas partidárias como para os nomes dos candidatos, o instrumento indicado pelo Tribunal Superior Eleitoral, no seu anteprojeto. O revelamento atende a propósitos igualitários sobretudo na distribuição das cédulas às seções eleitorais. Mas a possível ocorrência de fraudes nessa distribuição pelas seções eleitorais como no ato de entrega ao eleitor pelas mesas receptoras, é circunstância que se não deve desprezar.

Como a Mesa é a receptora dos votos, não pode fazer a seleção e tem de distribuir essas cédulas, com os nomes revezados, numa determinada sequência. Então, quando acaba o revezamento, repete a mesma operação. É fácil, portanto, verificar-se como, numa situação como essa, pode haver fraude.

A cédula oficial, confeccionada como o sugere a emenda, deve ser reservada a uma estágio mais avançado da nossa prática eleitoral. A cédula oficial, — admitimos, — está, ainda, na primeira infância, e são indispensáveis medidas como o do sorteio, para ajudá-la a vencer.

#### EMENDA Nº 127

##### *Parecer favorável, com subemenda, quanto à 1ª parte*

A emenda nº 127, sugerida por senadores em nome de quatro votos, pertencentes, na sua totalidade, à bancada do Partido Social Democrático, contém duas partes uma, refer-

mulando as alíneas a e b do item 1 do artigo 108, onde se traçam as linhas da composição da cédula oficial, nas eleições majoritárias, e a outra ampliando sobremodo o inciso VII do artigo 153, onde são impostas ao eleitor regras de comportamento dentro da cabine indecifrável.

Vejamus a primeira parte: diz o item 1 do artigo 108 que, para as eleições majoritárias, a cédula oficial conterá, ao lado direito, os nomes dos candidatos a Presidente da República, Governador de Estado e Senador ou Senadores, alíneas, verticalmente, por sortido antecedidas por um retângulo, onde o eleitor fará o sinal preferencial, e encimados, respectivamente, pelas designações dos cargos a preencher.

Não há, como se vê, nesse tipo de eleição, a indicação, na chapa, das siglas partidárias. É o que faz a emenda, mandando que elas sejam inseridas, na parte superior da cédula, horizontalmente, na sequência que o sortido indicar. Abaixo, virão os nomes dos candidatos, por ordem vertical, que o sortido determinará, antecedidos de um retângulo, e encimados, respectivamente, pela designação dos cargos, para cujo provimento se vota.

A inclusão do nome do partido na cédula para a eleição majoritária é inovação feliz consoante o espírito do Projeto, que visa a fortalecer os partidos, como na justificativa da emenda se argui. Desde a sua criação em 1955; (Lei nº 2.522, de 30 de agosto) e, então, exclusivamente para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, não contém a cédula oficial, nas eleições majoritárias, a indicação da legenda partidária por que foi registrado o candidato. Passa a cédula agora, por iniciativa da emenda, a que damos, nesta parte, parecer favorável, com uma subemenda, que a completa, visto que manda acrescentar, depois da expressão "sigla partidária" as expressões "ou de alianças partidárias, se for o caso", e depois do nome de cada candidato a posto eleitoral o do seu suplente, com ele registrado candidato.

O primeiro acréscimo dispensa motivação, uma vez que, substituindo, para as eleições majoritárias, a "aliança de partidos", pode acontecer que em algum pleito, sobretudo no pleito governamental, não existam mais do que dois candidatos, simbolizando, ambos, uma aliança de partidos. Embora o Projeto não preveja, para tal aliança, uma sigla especial, por bem citar superpartidária, a qual não poderá, portanto, existir, nada impede que a lei, amanhã, a admita, e por isso, ao falar-se em "sigla de aliança de partido", esclarece-se que "se for o caso". O outro acréscimo é o da inclusão, abaixo do nome do candidato titular o cargo, do nome do seu suplente, imbuído em tipo menor. Ainda que, na forma de emenda constitucional recente, o Vice-Presidente diplomado deva ser o que foi registrado com o candidato eleito à Presidência da República, não se conhece a lei, sendo dois os corpos e dois os titulares, não sendo o eleitor em quem está votando para Vice-Presidente ao assinalar a sua preferência em determinado candidato à Presidência da República.

Essa omissão, acusada na chapa, ainda é mais estranhável na lei para o Senado Federal, visto que a Constituição declara, no parágrafo 4º do artigo 60, que substitui o senador, ou sucede-lhe, o suplente, com 73 eleitos. O emendativo final veio ao emendado senador Milton Campos, não essencial, nome dos suplentes partidários do Senado, quando se discute o projeto que se transformou na lei estendendo a todos as eleições federais e estaduais a cédula única oficial — Lei nº 4.175, de 13 de agosto (1962) que não era possível eliminar

dela, o nome de suplentes de senador. Certo que a omissão facilita a confecção das chapas e o trabalho do eleitor assinalar a sua preferência, posto não lhe seja obrigatório marcar o nome do suplente.

Mas a verdade é que, votando no candidato a senador, como no candidato a Governador, ou a Presidente da República, está votando, também, no candidato a suplente, a Vice-Governador, a Vice-Presidente e tais nomes devem ser oferecidos ao seu conhecimento no ato mesmo de votar, até porque podem condicionar, muitas vezes, o seu voto no titular efetivo. Não nos parece que os novos preceitos constitucionais tenham modificado os termos do problema. Nesse sentido, apresentamos subemenda à emenda nº 127, quanto à sua primeira parte.

O eleitor pode deixar de votar num candidato a Vice-Presidente em virtude de seu nome já estar na chapa de candidato a Presidente, sabendo ele que, elegendo o Presidente, estará elegendo o Vice-Presidente.

Quanto à segunda parte, nada há a opor. O que se pretende acrescentar ao Projeto, em relação ao voto em eleição majoritária, é um conjunto de regras lógicas ao comportamento do eleitor na cabine indepassível, precisando as consequências desse comportamento para o efeito de apuração do seu voto.

Deixo de ler as modificações introduzidas e o Plenário terá conhecimento, posteriormente.

**EMENDA Nº 128 — (O parecer é contrário).**

O artigo 115 do Regimento determina que em caso de empate na votação proporcional, seja considerado eleito o candidato há mais tempo militante no partido e, se inaplicável, o critério, o que for indicado pelo partido. A emenda manda colocar. Antes do critério da indicação do partido, o da idade do candidato: estará eleito o candidato mais idoso.

Por emenda nº 21, aprovada na Comissão de Justiça, criamos, como critério preferencial aos dois mencionados no projeto, o do exercício do mandato eletivo. Assim, o critério de indicação do partido, de que tanto recusa o nobre autor da emenda, vem por último. A condição estaria, parece-nos, na hipótese, desaconselhável, visto que não se deva levantar obstáculos convencionais ao rejuvenescimento dos quadros partidários e da representação política. Além, o projeto não a despreza tanto que manda observá-la no caso de empate na votação de suplentes. Também a conservamos. Pelo exposto, o parecer é contrário.

**EMENDA Nº 219 — (Parecer favorável).**

Nada temos a opor à emenda ao artigo 121, mandando compor as seções eleitorais de 300 (trezentos) eleitores nas capitais e sedes de comarcas, e de 250 (duzentos e cinquenta) nas demais localidades. Pelo projeto, essas seções são de 400 e de 300, respectivamente, sendo que de 400 eleitores só se constituam as seções nas capitais. A emenda estende às sedes de comarca a seção eleitoral com trezentos eleitores.

**EMENDA Nº 130 — (Parecer favorável).**

Inova sobre o disposto no § 2º do artigo 121, estabelecendo que, sob as penas previstas no artigo 322 do Código (crime de impedir ou embarçar o exercício do voto) devem os dirigentes de repartições públicas, autarquias e caixas econômicas federais nos Estados e Territórios, bem como os dirigentes de sociedades de economia mista e de estabelecimentos bancários que forem solicitados, enviar ao juiz eleitoral, até noventa dias antes das eleições, relação, organizada por zona,

dos seus funcionários em condições de servirem nas mesas receptoras de votos. Consequentemente, o juiz escolherá dentre os mencionados no § 2º do artigo e os agora nomeados na emenda.

**EMENDA Nº 131 — Parecer favorável.**

Acontece, às vezes, que, não se reunindo uma seção, e devendo votar os seus eleitores, como o permite o artigo 29 do Projeto, na seção mais próxima, fica esta sobrecarregada de trabalho. A emenda dá ao presidente da mesa receptora assim acumulada de serviço a possibilidade de recrutar, dentre os eleitores da seção removida, mesários e secretários, observadas as condições enumeradas no § 1º do artigo 124.

**EMENDA Nº 132 — Parecer favorável.**

Muda para as 16 horas o momento de encerramento da votação, ressalvado, naturalmente, o disposto no artigo 160.

**EMENDA Nº 133 — (Parecer favorável, com subemenda).**

Acrescente ao artigo 149 determinação a ser cumprida pelo presidente da mesa, no sentido de acautelar a fraude no tocante a eleitores que votam em seção que não é a sua. Parecer favorável, com subemenda em que se permite ao candidato a Vice-Presidência da República votar em qualquer seção, conforme sejam nacionais ou estaduais as eleições, omissão em que incorreu, involuntariamente, o Projeto, no inciso III desse artigo 149.

Como esta emenda é feita ao art. 149 e falta, neste artigo, a permissão para o candidato a Vice-Presidência da República votar em qualquer seção, apresentei a subemenda, estabelecendo ainda esta ressalva. Posso fazê-lo porque a subemenda é ao art. 149, de que trata a emenda.

**EMENDA Nº 134**

**Parecer favorável, com subemenda**

Modifica o artigo 160 do Projeto, para marcar em 16 horas, e não em 17 horas, como até aqui, o termo do processo da votação. O parecer é favorável, e, em consequência, deve ser substituída no artigo 232 inciso III (caso de anulação da votação) a expressão "17 horas" pela "16 horas". É o objetivo da subemenda.

O art. 222 considera, entre os casos de anulação da votação, o de ter-se ela encerrado antes das 17 horas. Admitindo-se que ela se encerre, agora, às 16 horas, é preciso substituir ali também "17" por "16".

**EMENDA Nº 135**

**Parecer favorável**

Manda acrescentar ao artigo 161, inciso III, uma alínea, obrigando o Presidente da mesa receptora a fazer lavrar na ata dos trabalhos, a ocorrência a que se reportam o artigo 123 e seus parágrafos, ou seja, a votação dos eleitores inscritos numa seção que não se tenha reunido. Parecer favorável.

**EMENDA Nº 136**

**Parecer favorável**

Acrescente ao artigo 163, § 2º, a determinação de que nas sedes dos Tribunais Regionais a comunicação a que o artigo se refere possa ser feita mediante protocolo de expediente, em vez de via postal, como o exige o Projeto sem distinção de lugares onde funcionem os juizes eleitorais. Parecer favorável.

**EMENDA Nº 137**

**Parecer favorável**

Modifica, melhorando-a, a redação do artigo 183, inciso I. Parecer favorável.

**EMENDA Nº 138**

**Parecer contrário**

O artigo 409 permite, em seu § 4º, que os trabalhos da Comissão Apuradora nomeada pelo Tribunal Regional, e incumbida de organizar os mapas gerais da apuração, concluindo por circunstância do relatório, sejam assistidos por delegados de partidos, mas a eles proíbe a interferência, mediante protestos, impugnações ou recursos. É uma restrição sábia, não havendo motivo para que desapareça, como o pretende a emenda e que damos, por isso parecer contrário.

**EMENDA Nº 139**

**Parecer favorável**

O parecer é favorável à presente emenda que manda introduzir no § 2º do artigo 246 um inciso, pelo qual o plano de transporte gratuito de eleitores organizado pelo juiz eleitoral, será submetido às direções partidárias locais que sobre eles se manifestarão dentro de 48 horas, requerendo as providências de transporte que entenderem necessárias.

**EMENDA Nº 140**

**Parecer favorável**

Inclui no Plano de Transporte Gratuito de Eleitores, regulado pelo artigo 242 e seguintes, o transporte fluvial lacustre e rodoviário rural. O artigo 243 fala em transporte gratuito rodoviário ferroviário, marítimo ou fluvial, abrangendo, pois, todas as vias de comunicação mas a verdade é que, no artigo 246 ao debitar o plano de transporte, esquece o ferroviário, o marítimo e o fluvial para o cogitar do rodoviário, e, ainda assim predominantemente em setores urbanos. É a contingência a que a administração acaba de submeter o Brasil, fazendo-o esquecer das suas ferrovias, abandonadas, quando não fechadas ao tráfego e dos inúmeros caminhos fluviais. Procede a emenda.

**EMENDA Nº 141**

**Parecer favorável**

A emenda decorre da emenda anterior, a cujas disposições se complementa. De acordo.

**EMENDA Nº 142**

**Parecer favorável, com subemenda**

Estabelece o artigo 254 do Projeto que "As infrações do disposto nesta lei, quanto ao transporte eleitoral gratuito, sujeitarão os responsáveis as penas de artigo 327 e, sem prejuízo delas, a de dissolução no caso de Diretório". A emenda sugere ao artigo outra redação, em substituição, por lhe parecer que não subsistirá o texto atual, em face da emenda nº 60 da Comissão de Constituição, que eliminou do Projeto o artigo 327. Puna-se, aí, que promovesse, no dia da eleição e nos dias anteriores e posterior o fornecimento gratuito de alimentação a votantes ou a seus familiares, bem como a concentração de eleitores sob qualquer forma e transporte gratuito dos mesmos, a não ser que fosse a serviço da justiça eleitoral. Como se vê, o caso é específico, não "anulando a sua eradicacão do Código o que se dispõe no artigo 254, salvo a remissão as penas do artigo 327. É" que numerosas pessoas que não as visadas pelo artigo 327 — isto é, as pessoas a qualquer título ou por qualquer forma convocadas para o transporte gratuito organizado pelo Tribunal Regional, membros ou representantes de diretórios políticos, candidatos, usufrutuários ou proprietários de veículos oficiais e particulares, dirigentes de autarquias entidades paraestatais, sindicatos, clubes, associações, empresas de transporte coletivo motoristas etc. podem faltar a seu dever na prestação da colabora-

ção que a lei lhes impõe e se tornarem, por isso, passíveis de pena, que o Projeto julgou devesse ser a do artigo 237. Cabe, entretanto, a ressalva proposta pela emenda, por evitarmos amanhã interpretação maliciosa. É o nosso parecer, encaminhando a devida subemenda, em que se substitui a pena do artigo 327, desaparecida, pela do artigo 322, onde se define o crime de impedir ou embarçar o exercício do sufrágio.

Acrescenta, depois do artigo 279, uma disposição, pela qual se restringe o espaço na imprensa, para a propaganda eleitoral, pelo modo que o Projeto adota em relação ao rádio e à televisão, garantindo, assim, aos candidatos iguais oportunidades. Mas a propaganda a que se refere a justificação da emenda em relação à televisão e ao rádio é a propaganda gratuita, assegurada aos partidos rotativamente, pelos artigos 273 e seguintes, nada esclarecendo o texto da emenda sobre o tipo de propaganda reduzida a limites certos na imprensa, se gratuita, se paga. A medida é interessante, no objeto de cobrir ao partido forte ou ou candidato poder tomar, em detrimento dos demais, o espaço disponível de seu jornal, seja diário, seja periódico. Parecer favorável, com subemenda.

**EMENDA Nº 144**

**Parecer favorável**

Manda acrescentar ao Art. 280 — que determina que os serviços telefônicos, ofícios ou concedidos, instalem, na sede dos diretórios devidamente registrados os telefones necessários, durante o período de campanha eleitoral, e independentemente do critério de prioridade — Sem parágrafo único firmando que o Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções para o cumprimento do preceito, trazendo as respectivas condições. O parecer é favorável.

**EMENDA Nº 145**

**Parecer favorável, com subemenda**

Ao Art. 283 do projeto a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda, de nº 40, alterando a redação, por forma a evitar a repetição desnecessária de que em recurso em que se discute matéria constitucional não se aplicará com a rigidez estabelecida na cabeça do artigo, a regra da preclusão dos prazos. A redação primitiva do Art. 283 é a seguinte:

"São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.

Parágrafo único. O recurso em que se discutir matéria constitucional não poderá ser interposto fora do prazo. A emenda altera a redação, buscando corrigir a tautologia. A Comissão de Justiça propõe o seguinte texto:

"Redija-se o artigo — São preclusivos os prazos para interposição do recurso.

Parágrafo único: O recurso em que se discutir matéria constitucional não poderá ser interposto fora de prazo. Perdido o prazo numa fase própria, só em outra poderá ser apresentado.

A emenda propõe o seguinte:

"No recurso sobre matéria constitucional, perdido o prazo numa fase própria, só em outra poderá ser interposto."

Mantém-se, no corpo do artigo, a ressalva de que não é preclusivo o recurso em que se discutir dispositivo constitucional. Então dir-se-á que são preclusivos os prazos para interposição de recursos, salvo quando nele se discutir matéria constitucional, caso em que, perdido o prazo, numa fase



própria, só em outra poderá ser interposto."

E o final da emenda, segundo o proposto para o parágrafo único. No parágrafo único da emenda se fala em recurso sobre matéria constitucional, ao passo que o projeto frisa: "em recurso em que se discutir matéria constitucional".

#### EMENDA Nº 146

(Parecer favorável)

A emenda decorre de outra, feita ao Art. 101, o 3º, e visa a retirar do Art. 286, Inciso I, a alusão a "Incompatibilidades eleitorais".

Realmente, não cabe a referência nem no Art. 101 nem no 286. Parecer favorável.

#### EMENDA Nº 147

(Parecer contrário)

Pela emenda admite-se que, em caso de grande complexidade, possa o Relator solicitar "revisor" do feito. Mas a figura do Revisor está prevista em disposição anterior. Parecer contrário.

#### EMENDA Nº 148

A emenda é perfeitamente igual à anterior, que já teve parecer contrário.

#### EMENDA Nº 149

Parecer favorável

Aos casos que autorizam embargos de declaração em decisão do Tribunal (art. 299, incisos I e II) acrescenta a emenda, como inciso III, a hipótese de não corresponder o acórdão à decisão. Parecer favorável.

#### EMENDA Nº 150

Parecer favorável

Acrescenta ao art. 299 um parágrafo admitindo que, na ocorrência de motivo relevante, possa o Tribunal Superior Eleitoral retirar do Tribunal Regional de uma circunscrição, atribuindo-o a outro, a competência para processar e julgar recurso eleitoral. Parecer favorável, se bem que o Projeto admite, em disposição anterior, o instituto do desaforamento.

#### EMENDA Nº 151

Emenda de redação. Parecer favorável.

#### EMENDA Nº 152

Parecer favorável

Manda suprimir do art. 23, inciso II, a remissão ao artigo 300. O artigo 23 atribui ao Tribunal Superior competência para julgar os recursos das decisões dos Tribunais Regionais. E o artigo 300, declara que as decisões dos Tribunais Regionais são terminativas, salvo nos casos que enumera, em que caberá recurso para o Tribunal Superior. Realmente, a remissão ao artigo 300 é perfeitamente dispensável no artigo 23. Parecer favorável.

#### EMENDA Nº 153

Prejudicada

Emenda perfeitamente igual à de número 150, sobre que já demos parecer favorável. Esta deve ser considerada prejudicada.

#### EMENDA Nº 154

Parecer contrário

Permite, em parágrafo único, ao Artigo 324, que, para efeito de apuração do crime aí capitulado — suborno para obtenção de voto ou para abstenção de voto — seja lícito ao juiz ou Tribunal requisitar quaisquer informações aos estabelecimentos oficiais ou particulares de crédito, não podendo o cumprimento da diligência ser impedido ou embaraçado sob alegação de sigilo de qualquer natureza. A providência não carece de precificação especial, visto que a sua execução, em termos amplos ou restritos, incide nas disposições gerais penais ou naquelas que, particular-

mente, regulam o segredo profissional. No artigo 311 do Projeto, está dito que se aplicam aos fatos incriminados as regras gerais do Código Penal. E, no artigo 391, que no processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução que lhes digam respeito, aplicar-se-á como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Penal. O texto específico proposto pela emenda é, portanto, desnecessário.

#### EMENDA Nº 155

Parecer favorável

Observa o autor da emenda que, na configuração do crime do pintar ou pichar os muros e fachadas ou qualquer logradouro público, com inscrições de propaganda eleitoral (art. 355 do Projeto), não ficou explícita tal prática em relação às vias públicas, inclusive rodovias. E sugere que se acrescente ao artigo 361, que pune a colocação em logradouros públicos, a hipótese em apreço. De acordo.

#### EMENDA Nº 156

Parecer favorável

Decorre da emenda anterior, nº 143, com subemenda de nossa autoria, estabelecendo limites à propaganda eleitoral paga na imprensa, diário ou periódica. A emenda pune, como crime, o desrespeito às normas fixadas nesse texto. Nada há a opor, desde que a remissão não se faça ao artigo 280, mas fique em branco, a depender do número que, afinal, couber ao texto daquela emenda nº 143, se aprovado.

#### EMENDA Nº 157

Parecer favorável

No artigo 395, que dispõe sobre imposição e a cobrança de qualquer multa, menos as multas que são decretadas em condenação criminal, prescreve o inciso VII que "em nenhum caso haverá recurso de ofício". A emenda manda ressaltar os casos em que a multa importe por igual ou superior ao salário mínimo mensal da região. Não há o que opor, sendo, entretanto, para ressaltar que o artigo 395 regula a imposição e cobrança de multas que não as penais, previstas para os crimes eleitorais, e a ação de não haver recursos de ofício é, exatamente, a de não ser procrastinado ou sofismado o pagamento devido.

#### EMENDA Nº 158

Parecer favorável

Melhora a redação do § 1º do artigo 395, relativa à inscrição das multas na Secretaria do Tribunal competente, para o fim de que, consideradas líquidas e certas, sejam objeto de imediata cobrança judicial do ac

#### EMENDA Nº 159

Parecer contrário

Modifica os critérios estabelecidos pelo artigo 404 para o pagamento das gratificações mensais a que têm jus os juizes eleitorais, escrivães e funcionários requisitados, passando-as respectivamente, para um terço (1/3), um sexto (1/6) e um oitavo (1/8) do maior salário mínimo da circunscrição. A intenção é nobre, porquanto as quantias assinaladas pelo artigo 404 para essa gratificação são de insignificância, que tange pelas raias do ridículo. Mas infelizmente a alteração proposta pela emenda esbarra em obstáculo de ordem constitucional e é, pois, intransponível.

#### EMENDA Nº 160

Parecer contrário

A presente emenda se desdobra por duas partes. Uma representa alteração do artigo 415 e outra inclui, onde couber, artigo concernente anistia ampla a todos os crimes eleitorais cometidos na vigência da legislação ante-

rior, arquivando-se os respectivos processos.

A alteração ao artigo 415 é para frisar que a "próxima eleição para deputado federal" ali assim mencionada, para o efeito de nela ser permitida a aliança de partidos, é a primeira eleição que se realizar depois da publicação da lei, cautela que parece dispensável porque só depois dessa publicação é que seria aplicável a exceção consubstanciada no art. 415 e a próxima eleição seria a primeira. Acresce que esse artigo 415, o parágrafo único, já foi, muito razoavelmente, erradicado do Projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, através da emenda de nº 42.

Quanto à "anistia" nada a justifica, em matéria eleitoral, se atermos fortalecer a vida partidária e assegurar a prática das eleições pures e regularidade. O parecer é contrário à emenda, na sua totalidade.

#### EMENDA Nº 161

Parecer contrário

Manda acrescentar, onde convier, uma disposição pela qual nas eleições, em 1966, para Deputados Federais, Estaduais e Vereadores, serão permitidas as alianças partidárias, aplicando-se a elas as normas a respeito do seu processamento existentes no Código Eleitoral ainda em vigor.

A "aliança de partidos", como se sabe, é, pelo Projeto, permitida na eleição majoritária, porém proibida na proporcional (art. 110). Entretanto, reza o artigo 415 que na próxima eleição para deputado federal será permitida a aliança de partido, dispondo o parágrafo único como contar-se o voto se o eleitor assinalar numa das siglas dos partidos coligados, não indicando o nome ou o número da sua preferência. Essa permissão foi acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça, através da emenda nº 43, tanto por não se justificar a exceção aberta, como por se restringir esse privilégio apenas às eleições de deputado federal.

A presente emenda estende-se às outras eleições — Assembleia Legislativa e Câmara Municipal, mas não é a circunstância que a torna válida.

O parecer, portanto, é contrário. Se, todavia, fosse rejeitada, em plenário, a emenda nº 43 da Comissão de Constituição e Justiça, seria aceitável a presente emenda, com uma subemenda, aproveitando sugestão da emenda nº 160, para que as palavras "próxima eleição" sejam substituídas pela expressão "primeira eleição".

Neste caso, deveríamos tirar da Emenda 161 a referência "a primeira eleição das normas a respeito, existentes no Código Eleitoral ainda em vigor."

Este Código será totalmente revogado pela lei eleitoral.

Se houver necessidade o Tribunal Eleitoral dará as instruções de acordo com as normas do Código Eleitoral.

#### EMENDA Nº 162

Parecer contrário

Manda que o disposto no Código relativamente à utilização da cédula oficial nas eleições proporcionais tenha plena aplicação, desde logo, nos Estados da Guanabara e de São Paulo, nas capitais dos outros Estados e nas cidades que tenham mais de cem mil eleitores, devendo estender-se a todo o país, a partir do ano de 1970.

Como se sabe, a cédula oficial foi adotada, em começo, para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da República, estendendo-se, depois, às demais eleições. A principal justificativa da emenda é que, realizando-se em 1966, juntamente com as eleições federais e estaduais, as municipais, que, naturalmente, serão marcadas para essa época, grande dificuldade haverá em o eleitor, principalmente o de menor capacidade intelectual, votar, ao mesmo tempo, em três

eleições de tipo diferente, com o que serão de certo prejudicados os candidatos a deputados federais e estaduais, uma vez que a preferência da ação dos cabos eleitorais é no sentido da eleição de vereadores. Só a partir de 1970 é que teremos as eleições municipais realizadas separadamente das outras.

Desde a criação da cédula única oficial, nunca se deixou de arguir contra ela, em relação aos eleitores do interior do país, exatamente por seu reconhecido despreparo para utilizá-la. A verdade, entretanto, é que os bons resultados da medida foram, logo de início, acima da expectativa, não se recomendando, pois, a sua restrição, pelo critério lembrado na emenda. Parecer contrário.

#### EMENDA Nº 163

Parecer contrário

Aplica o preposto na lei nº 1.346, de 9 de fevereiro de 1951 aos implicados em infrações previstas na Lei número 1.164, de 24 de julho de 1950, cujos casos já foram julgados até a presente data, em qualquer instância. A ambigüidade que caracteriza o texto, sem indicação das infrações por ele visadas, aconselha, desde logo, a rejeição da emenda, sem quaisquer outras considerações de maior profundidade.

#### EMENDA Nº 164

Prejudicada

A matéria já está disciplinada em outra emenda, sobre que demos parecer favorável, ficando esta, portanto, por inteiro prejudicada.

Vou remeter à Mesa, Sr. Presidente, o teor das subemendas a que me referi, em relação às emendas sobre as quais acabei de dar parecer, juntamente com o esquema das emendas de parecer favorável, de parecer contrário, com subemenda e as duas prejudicadas. (Applausos) Muito bem!

#### SUBEMENDA A QUE SE REFERE O SR. RELATOR

##### SUBEMENDA A EMENDA Nº 68

Redija-se assim:

III — participar de concorrência pública ou administrativa na União, nos Estados ou Territórios no Distrito Federal e nos Municípios.

##### SUBEMENDA A EMENDA Nº 76

Redija-se assim o artigo 13:

Art. 13. Salvo motivo justificado, os juizes dos Tribunais Eleitorais servirão durante dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

Parágrafo único. Os biênios serão contados ininterruptamente, sem o desconto de qualquer afastamento, nem mesmo o decorrente de licença, férias, ou licença especial.

##### SUBEMENDA A EMENDA Nº 80

Redija-se assim o § 3º do artigo 17:

— Não podem fazer parte do Tribunal Superior cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidades até ao 4º (quarto) grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se, na ocorrência do impedimento, o que tiver sido escolhido por último.

##### SUBEMENDA A EMENDA Nº 81

1) Inclua-se, no texto do § 4º do artigo 17, o termo "empresa" antes da expressão "concessão de serviço público".

2) Em consequência, suprima-se, linhas abaixo, o termo "empresa".

3) Eliminam-se, ainda abaixo, as expressões "em virtude de contrato com", substituindo-se, a seguir, o artigo e pela contradição da.



Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-  
sejar fazer uso da palavra, encerra-  
rei a discussão. (Pausa).

Está cerrado.

Não havendo censuras, não reque-  
rêi autos para que a 1.ª sessão final  
seja suscitada a vot. é a mesma  
da 1.ª sessão 1911. Retiro a 1.ª sessão,  
decretando-se a vot. do. por 20 votos  
a 1.ª. 217-A, de D. 1.ª sessão do ano.

© 1997 by the University of Chicago

It is a simple a relative final  
 approach:

decreto final do Conselho de Insolu-  
ção nº 21, de 1952.

Devo salutar a Senhora Federal  
Mestre, que chegou ao dia 24 de  
março, e a família e eu, ....  
passamos a noite de 24 para 25.

RESOLUÇÃO  
 O Conselho Municipal da Lei nº 124,  
 de 13 de setembro de 1963, do Mu-  
 nicipio de Curitiba, Estado do Paraná

Art. 12.º - A sua sede, por fazer situação privilegiada, nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 10.000, de 1961, para suprir o Tribunal Federal, em sessão de 20 de Junho de 1972, do Juiz de Direito Extraordinário nº 13, do Juízo do Ceará, exarçada da 1.ª e 1.ª, de 13, de Junho de 1972, da Ministério da Justiça da União Federal.

Art. 2º Toda publicação colocará **em**  
 vigor na data de sua publicação.

0 53. 227 420 227 227.

(Continued from page 10)

Item 4:

Discusão, em turno único, de redação final, oferecida pela Comissão da Comissão, em seu Parecer nº 210, de 1913, do Projeto de Resolução nº 27, de 1913, que suspende a execução da Lei nº 173, de 7 de outubro de 1913, do Estado do Ceará, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Em discussão e redação final

Se nenhum dos Srs. Senadores de-  
jeitar fazer uso da palavra, encerrarei  
discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma redação definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 313-A, do Regulamento Interno.

O projeto vai à promulgação

O projeto vai a dianteiro.

E' a seguinte a redação final  
 aprovada:

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, e eu, ..... Presidente, promulgo a seguinte

REGOLATO

RESOLUÇÃO

responde a execução do art. 1º da  
Lei nº 173, de 7 de outubro de 1948,  
do Estado de Goiás.

Art. 1.º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão de 19 de setembro de 1955, na Reuniao' da n.º 122, do Sr. Procurador-Geral da Republica, a execucao' do art. 1.º da Lei n.º 173, de 7 de outubro de 1953, do Estado de Goias.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Item 3: •

Discussão, em turno único, de  
recurso do final, oferecida pela Co-  
missão do Senado, em 1º de Março  
de 1935, de 1935, em seu supracita-  
do parecer da Lei nº 124, de 13 de  
setembro de 1935, do Município  
De Butatuba, Estado do Ceará, pú-  
blica inconstitucional pelo Supre-  
mo Tribunal Federal (projeto apre-  
sentado pela Comissão do Con-  
sultado e Justiça, em seu Parecer  
nº 569, de 1935).

O SR. JOSEPHAT MARINHO:  
Sr. Presidente, peço a palavra pela  
ordem.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro)

**Item 5:**

*Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 812, de 1965, do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1963, que estende aos trabalhadores de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das Leis nºs 288, de 8 de junho de 1948, e 1.756, de 5 de dezembro de 1952.*

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores de- sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a redação final aprovada:

*Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 1963, que estende aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, no que couber, os direitos e vantagens das Leis nºs 288, de 8 de junho de 1948, e 1.756, de 5 de dezembro de 1952.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São extensivos aos trabalhadores nos portos de Imbituba e Itajaí, no Estado de Santa Catarina, que prestaram serviços ao Governo Federal, ou às concessionárias dos referidos portos, a partir de 22 de março de 1941, durante a última Grande Guerra, os direitos e vantagens das Leis nºs 288, de 8 de junho de 1948, e 1.756, de 5 de dezembro de 1952.

Art. 2º As vantagens decorrentes desta Lei serão custeadas pelo Instituto a que estiver filiado o beneficiário.

Art. 3º Dentro de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei, serão revistas as aposentadorias já concedidas, enquadrando-as aos preceitos do presente sistema legislativo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Não há oradores inscritos. (Pausa)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando, antes, os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária na próxima quarta-feira, às dez horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 1965**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1965 (nº 2.746-D-65, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que institui o Estatuto Nacional dos Partidos Políticos, tendo pareceres

**I — Sobre o Projeto**

— da Comissão de Constituição e Justiça, sob nº 749, de 1965, favorável;

— da Comissão de Projetos do Executivo, oral, proferido na sessão de 21 do mês em curso, favorável, com as emendas que oferece, sob números 1 a 10-CPE.

II — Sobre as emendas de Plenário (orais e proferidas na sessão anterior).

— da Comissão de Constituição e Justiça — favorável às de nºs 6 — 7

— 10 — 12 — 19 — 21 — 26 — 28 —

29 — 31 — 32 — 33 — 36 — 37 — 38

— 40 — 41 — 42 — 43 — 44 — 45 —

48 — 49 — 50 — 51 — 53 — 54 — 55

— 56 — 59 — 63 — 65 — 66 — 67 —

68 — 69 — 71 — 73; e contrário às

de ns. 1 — 3 — 4 — 8 — 9 — 11 — 13

— 14 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 —

22 — 23 — 34 — 46 — 47 — 57 — 60 — 61 — 62 — 64 — 70 — 72 — 75 — 76 — 77 — 84 — 85 e 86; com subemendas às de ns. 2 — 5 — 20 — 24 — 30 — 35 — 39 — 74 e CPE-1.

— da Comissão dos Projetos do Executivo, manifestando-se de acordo com

o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cattete Pinheiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 23 horas e 30 minutos)

**ATA DAS COMISSÕES****COMISSÃO DE FINANÇAS****19ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1965**

As 15 horas do dia 23 de junho de 1965, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Irineu Bornhausen, presentes os Srs. Eurico Rezende, Lino de Mattos, Bezerra Neto, Antonio Jucá, Mem de Sá, José Ermirio e Eugênio Barros, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Victorino Freire, Lobão da Silveira, Sigefredo Pacheco, Wilson Gonçalves, Walfrido Gurgel, Argemiro de Figueiredo, Pessoa de Queiroz, Faria Tavares e Aurélio Vianna.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Mem de Sá que emite os seguintes pareceres:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1965, que concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para a importação de objetos doados pela Holanda à Província Carmelita de Santo Elias; e

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1965, que estabelece normas para o aproveitamento, como servidores civis efetivos, dos militares remanescentes das extintas Companhias de Serviço Industrial.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, sem restrições, são aprovados.

A seguir, usa da palavra o Sr. Lino de Mattos que oferece parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1965, que exclui do regime

de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

O Sr. Presidente anuncia a seguinte distribuição:

— ao Sr. Bezerra Neto o Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1955, que aprova o Convênio de Cooperação Social, assinado no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1964, entre o Brasil e a Espanha;

— ao Sr. Faria Tavares o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1965, que aprova o Acordo de Garantia e Investimentos entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, assinado em Washington, em 6 de fevereiro de 1965;

— ao Sr. Mem de Sá o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1955, que autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem, em suas contabilidades, o livro "Diário" de escrituração mercantil pelo livro "Balancetes Diários e Balanços", cujas características define: atribui a eficácia probatória aos lançamentos efetuados segundo sistema de "partidas" ou vouchers; e dá outras providências; e

— ao Sr. Eurico Rezende o Ofício nº 79, de 29 de abril de 1965, do Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, encaminhando relatório circunstanciado das suas atividades e cópia do balanço correspondente ao exercício de 1964.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

# COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente — Moura Andrade (PSD)  
Vice-Presidente — Nogueira da Gama (PTB)  
1º Secretário — Dinarte Mariz (UDN)  
2º Secretário — Gilberto Marinho (PSD)  
3º Secretário — Adalberto Sena (PTB)  
4º Secretário — Cattete Pinheiro (PTN)  
1º Suplente — Joaquim Parente (UDN)  
2º Suplente — Guido Mondin (PSP)  
3º Suplente — Vasconcellos Torres (PTB)  
4º Suplente — Raul Giuberti (PSP-ES)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 22 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. José Gomard — Acre            | 12. Antônio Balbino — Bahia         |
| 2. Lobão da Silveira — Pará      | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo  |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão     | 14. Gilberto Marinho — Guanabara    |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão   | 15. Moura Andrade — São Paulo       |
| 5. Victorino Freire — Maranhão   | 16. Atílio Fontana — Santa Catarina |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí     | 17. Guido Monodini — R. G. Sul      |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará      | 18. Benedito Valladares — M. Gerais |
| 8. Wilson Gurgel — R. G. Norte   | 19. Filinto Müller — Mato Grosso    |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás          |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba       | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás    |
| 11. José Leite — Sergipe         | 22. Pedro Ludovico — Goiás          |

### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

- |                                     |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Adalberto Sena — Acre            | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco  |
| 2. Oscar Passos — Acre              | 11. José Ermírio — Pernambuco       |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas          | 12. Silvestre Péricles — Alagoas    |
| 4. Edmundo Levi — Amazonas          | 13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas       | 14. Nelson Maculan — Paraná         |
| 6. Antônio Jucá — Ceará             | 15. Mello Braga — Paraná            |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte    | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais    |
| 8. Argemiro de Figueiredo — Paraíba | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso      |
| 9. Barros Carvalho — Pernambuco     |                                     |

### UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

- |                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arinos — Guanabara        |
| 2. Joaquim Parente — Piauí       | 10. Padre Calazans — São Paulo      |
| 3. José Cândido — Piauí          | 11. Adolpho Franco — Paraná         |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte   | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba       | 13. Antônio Carlos — S. Catarina    |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas        | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul      |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe    | 15. Milton Campos — Minas Gerais    |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo     | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso    |

### PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

### PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara

### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

### PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

### PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

### SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

### RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
<b>SEM LEGENDA</b>	<b>66</b>
	<b>1</b>
	<b>66</b>

## BLOCOS PARTIDÁRIOS

### Bloco Parlamentar Independente

PSP	2	Senadores
PTN	2	Senadores
PSB	1	Senador
PR	1	Senador
MTR	1	Senador
PDC	1	Senador
Sem legenda	2	Senadores

## LIDERANÇAS

Líder do Governo:

Daniel Krieger (UDN)

Vice-Líder:

Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder:

Lino de Mattos (PTN)

Vice-Líderes:

Aurélio Vianna (PSB)

Júlio Leite (PR)

Josaphat Marinho (sem legenda)

Aarão Steinbruch (MTR)

Miguel Couto (PSP)

Arnon de Mello (PDC)

Dilton Costa (PR)

## II PARTIDOS

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Líder: Filinto Müller

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves

Sigefredo Pacheco

Walfredo Gurgel

Victorino Freire

### PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder: Barros Carvalho

Vice-Líderes:

Bezerra Neto

Oscar Passos

Antônio Jucá

### UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Líder: Daniel Krieger

Vice-Líderes:

Eurico Rezende

Adolpho Franco

Padre Calazans

Lopes da Costa

### PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder: Mem de Sá

Vice-Líder: Aloysio de Carvalho

### PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Miguel Couto

Vice-Líder: Raul Giuberti

### PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder: Lino de Mattos

Vice-Líder: Cattete Pinheiro

### III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

### MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante: Aarão Steinbruch

### PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante: Arnon de Mello

PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante: Júlio Leite

### PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante: Aurélio Vianna

## AGRICULTURA

### PSD

#### SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Atílio Fontana

### PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. Antônio Jucá

### UDN

1. Daniel Krieger
2. João Agripino

### BPI

1. Aurélio Vianna

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PSD

#### SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. José Feliciano
3. Filinto Müller
4. Benedito Valladares

### PTB

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

### UDN

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
3. João Agripino

### BPI

1. Josaphat Marinho

### TITULARES

1. Jefferson de Aguiar
2. Antônio Balbino
3. Wilson Gonçalves
4. Ruy Carneiro

1. Edmundo Levi
2. Bezerra Neto
3. Arthur Virgílio

1. Afonso Arinos
2. Heribaldo Vieira
3. Aloysio de Carvalho

1. Aarão Steinbruch

## DISTRITO FEDERAL

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Pedro Ludovico	1. José Feliciano
2. Walfredo Gurgel	2. Benedicto Valladares
PTB	
1. Arthur Virgílio	1. Bezerra Neto
2. Mello Braga	2. Antônio Jucá
UDN	
1. Eurico Rezende	1. Zacarias de Assunção
2. Heribaldo Vieira	2. Lopes da Costa
BPI	
1. Aurélio Vianna	1. Lino de Mattos

## ECONOMIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Atílio Fontana	1. Jefferson de Aguiar
2. José Feliciano	2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite	3. Sebastião Archer
PTB	
1. José Ermirio	1. Bezerra Neto
2. Nelson Maculan	2. Mello Braga
UDN	
1. Adolpho Franco	1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa	2. José Cândido
3. Irineu Bornhausen	3. Mem de Sá
BPI	
1. Miguel Couto	1. Aurélio Vianna

## EDUCAÇÃO E CULTURA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Meneses Pimentel	1. Benedicto Valladares
2. Walfredo Gurgel	2. Sigefredo Pacheco
PTB	
1. Antônio Jucá	1. Edmundo Levi
2. Arthur Virgílio	2. Mello Braga
UDN	
1. Padre Calazans	1. Afonso Arinos
2. Mem de Sá	2. Faria Tavares
BPI	
1. Arnon de Mello	1. Josephat Marinho

## FINANÇAS

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Victorino Freire	1. Atílio Fontana
2. Lobão da Silveira	2. José Guilomard
3. Sigefredo Pacheco	3. Eugênio Barros
4. Wilson Gonçalves	4. Meneses Pimentel
5. Walfredo Gurgel	5. Pedro Ludovico
PTB	
1. Argemiro Figueiredo	1. José Ermirio
2. Bezerra Neto	2. Edmundo Levi
3. Pessoa de Queiroz	3. Mello Braga
4. Antônio Jucá	4. Oscar Passos
UDN	
1. Faria Tavares	1. João Agripino
2. Irineu Bornhausen	2. Adolpho Franco
3. Eurico Rezende	3. Daniel Krieger
PL	
1. Mem de Sá	1. Alcyão de Carvalho
BPI	
2. Lino de Mattos	2. Miguel Couto
3. Josephat Marinho	

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. José Feliciano	1. Lobão da Silveira
2. Atílio Fontana	2. Sebastião Archer
PTB	
1. Nelson Maculan	1. Vivaldo Lima
2. Barros Carvalho	2. Oscar Passos
UDN	
1. Adolpho Franco	1. Lopes da Costa
2. Irineu Bornhausen	2. Eurico Rezende
BPI	
1. Dilton Costa	1. Aarão Steinbruch

## LEGISLAÇÃO SOCIAL

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro	1. José Guilomard
2. Walfredo Gurgel	2. Sigefredo Pacheco
3. Atílio Fontana	3. José Leite
4. Eugênio Barros	4. Lobão da Silveira
PTB	
1. Vivaldo Lima	1. Antônio Jucá
2. Edmundo Levi	2. Pessoa de Queiroz
UDN	
1. Eurico Rezende	1. Lopes da Costa
2. Heribaldo Vieira	2. Zacarias de Assunção
BPI	
1. Aarão Steinbruch	1. Dilton Costa

## MINAS E ENERGIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Benedicto Valladares	1. Pedro Ludovico
2. Jefferson de Aguiar	2. Filinto Müller
PTB	
1. José Ermirio	1. Nelson Maculan
2. Argemiro Figueiredo	2. Antônio Jucá
UDN	
1. João Agripino	1. José Cândido
2. Faria Tavares	2. Afonso Arinos
BPI	
1. Josephat Marinho	1. Arnon de Mello

## POLÍGONO DAS SECAS

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Ruy Carneiro	1. Sigefredo Pacheco
2. Sebastião Archer	2. José Leite
PTB	
1. Argemiro Figueiredo	1. José Ermirio
2. Dix-Huit Rosado	2. Antônio Jucá
UDN	
1. João Agripino	1. Lopes da Costa
2. Heribaldo Vieira	2. Antônio Carlos
BPI	
1. Aurélio Vianna	1. Dilton Costa

## PROJETOS DO EXECUTIVO

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
1. Wilson Gonçalves	1. Walfredo Gurgel
2. José Guilomard	2. José Feliciano
3. Jefferson de Aguiar	3. Ruy Carneiro
PTB	
1. José Ermirio	1. Mello Braga
2. Bezerra Neto	2. Edmundo Levi
UDN	
1. João Agripino	1. Daniel Krieger
2. Antônio Carlos	2. Adolpho Franco
BPI	
1. Lino de Mattos	1. Aurélio Vianna
2. Mem de Sá	2. Alcyão de Carvalho



## REDAÇÃO

## PSD

## SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

## PTB

1. Edmundo Levi

## UDN

1. Eurico Rezende

## BPI

1. Dilton Costa

## RELAÇÕES EXTERIORES

## PSD

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

## PTB

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

## UDN

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

## BPI

1. Arnon de Mello

## SAÚDE

## PSD

## SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

## PTB

1. Antônio Jucá

## UDN

1. Lopes da Costa

## BPI

1. Lino de Mattos

## SEGURANÇA NACIONAL

## PSD

## SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

## PTB

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

## UDN

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

## BPI

1. Josaphat Marinho

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

## PSD

## SUPLENTE

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

## PTB

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

## BPI

1. Miguel Couto

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

## PSD

## SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard

## PTB

1. Bezerra Neto

## UDN

1. Josaphat Marinho

## BPI

1. Irineu Bornhausen

## COMISSÕES ESPECIAIS

## A) Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR

Criada em virtude do Requerimento nº 480-62 do Sr. Senador Milton Campos, aprovado em 20 de janeiro de 1963.

Designada em 22 de novembro de 1962.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1963 em virtude do Requerimento número 193-62, aprovado em 12 de dezembro de 1962.

Completa em 4 de janeiro de 1963, com a designação dos Senhores Senadores Vasconcelos Torres e Edmundo Levi.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento número 198-63 do Sr. Senador Menezes Pimentel, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (7) - Partidos

- Gabriel Marinho - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Heriberto Vieira - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Vasconcelos Torres - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.

## B) Para estudar a situação da CASA DA MOEDA

Criada em virtude do Requerimento nº 561-63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 14 de agosto de 1963. Designada em 28 de agosto de 1963.

Prorrogada até 14 de março de 1964, em virtude do Requerimento número 160-63 do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (7) - Partidos

- Jefferson de Aguiar (Presidente) - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Artur Virgílio - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Eurico Rezende (Vice-Presidente) - UDN.  
Josaphat Marinho - S. Legenda.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-6, J. B. Castejon Branco.

## C) Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS

Criada em virtude do Requerimento nº 531-63 do Sr. Senador Gomes Vieira, aprovado na sessão de 2 de agosto de 1963.

Designada em 6 de agosto de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.161 de 1963 do Senador Senador Atílio Fontana, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

## Membros (6) - Partidos

- Atílio Fontana - Presidente - PSD.  
José Feliciano - (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermírio - Relator - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
Aurélio Vianna - PSD.  
PL-3, Juleia Ribeiro dos Santos.

## D) Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação

Criada em virtude do Requerimento nº 569-63 do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 20 de agosto de 1963.

Designada em 22 de agosto de 1963.

Prorrogada por 1 ano, em virtude do Requerimento nº 1.197-63 do Senador Senador Sigefredo Pacheco, aprovado em 15 de dezembro de 1963.

## Membros (5) - Partidos

- José Feliciano - PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) - PSD.  
José Ermírio (Presidente) - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) - PSD.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 2ª e 4ª feiras às 14 horas.

## E) Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização

Criada em virtude do Requerimento nº 685-63 do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 18 de setembro de 1963.

Designada em 19 de setembro de 1963.

Prorrogada em virtude do Requerimento nº 1.159-63, do Sr. Senador Milton Campos, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963.

## Membros (9) - Partidos

- José Feliciano - PSD.  
Atílio Fontana - PSD.  
Eugênio Barros - PSD.  
José Ermírio (Relator) - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Melo Braga - PTB.  
Lopes da Costa - UDN.  
Milton Campos (Presidente) - UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) - PR.  
Secretário: Auxiliar Legislativo, PL-10 Alexandre Marques de Albuquerque Mello.  
Reuniões: 3ª feiras às 16 horas.

## F) Para estudar a situação dos TRANSPORTES MARÍTIMOS E FERROVIÁRIOS

Criada em virtude do Requerimento nº 752-63 do Sr. Senador José Ermírio, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964, em virtude do Requerimento nº 1.152-63 do Sr. Senador Júlio Leite, aprovado em 10 de dezembro de 1962.

## Membros (5) - Partidos

- Atílio Fontana - PSD.  
Sigefredo Pacheco - PSD.  
José Ermírio - PTB.  
Irineu Bornhausen - UDN.  
Júlio Leite - PR.  
Secretário: Oficial Legislativo, PL-10, Alexandre M. de A. Mello.

**G) Para o estudo da situação do CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA E DA ESCOLA DE ENGENHARIA DE AERONÁUTICA, DE S. JOSÉ DOS CAMPOS**

Criada em virtude do Requerimento nº 788-63, do Sr. Senador Padre Calazans, aprovado na sessão de 13 de novembro de 1963.

Designada em 13 de novembro de 1963.

Prorrogada até 15 de dezembro de 1964 em virtude do Requerimento nº 1.158-63 do Sr. Senador Antônio Jucá, aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros (6) - Partidos**

José Feliciano - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Antônio Jucá - PTB.  
Padre Calazans - UDN.

**H) Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à REFORMA ADMINISTRATIVA**

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

**Membros (18) Partido**

**Senadores:**  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Leite Neto - PSD.  
Sigfredo Pacheco - PSD.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Edmundo Levi - PTB.  
Adolpho Franco - UDN.  
João Agripino - UDN.  
Aurelio Vianna - PSD.  
Josephat Marinho - Sem legenda  
**Deputados:**  
Gustavo Capanema (Presidente) - PSD.  
Aderbal Jurema - PSD.  
Laurito Vieira - UDN (Substituído pelo deputado Arnaldo Nogueira).  
Hector Dias - UDN.  
Doutor de Andrade - PTB.  
Arnaldo Cerdas - PSP.  
Juarez Fávora - PDC.  
Ewaldo Pinto - MTR.

**I) Para, no prazo de três (3) meses, proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.**

**MEMBROS**

**Senadores:**  
Bezerra Neto - Presidente  
Afonso Arinos - Vice-Presidente  
Jefferson de Aguiar - Relator.  
Leite Neto  
Nelson Maculan  
Eurico Rezende  
Aurelio Vianna  
Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

**COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETOS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO**

**J) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61**

**(QUE DISPOE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS)**

Eleita em 27 de junho de 1961.

Prorrogada:

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 609-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 779-62 apr. em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.138-63 apr. em 16 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 15 de maio de 1963 e 23 de abril de 1963.

**Membros (12) - Partidos**

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Lobão da Silveira (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Benedicto Valacares - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Daniel Krieger - UDN.  
Lopes da Costa (29 de outubro de 1962) - UDN.  
Milton Campos (Vice-Presidente) Heribaldo Vieira - UDN.  
Rui Palmeira - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963)

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.

Afonso Celso - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho (Presidente) - PL.

Além de Sá - PL.  
Josephat Marinho - S. legenda.

**K) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61**

**QUE DISPOE SOBRE AS MATÉRIAS DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE, APROVAR O ESTABELECIMENTO O COMPLEMENTO E O RELACIONAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).**

Eleita em 4 de outubro de 1961. Prorrogada.

- até 15 de dezembro de 1962 pelo Requerimento 501-61 apr. em 14 de dezembro de 1961.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.139-63, apr. em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962 e 24 de abril de 1962.

**Membros (16) - Partidos**

Menezes Pimentel - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Daniel Krieger - UDN.

Milton Campos (Vice-Presidente) - UDN.

Heribaldo Vieira - UDN.

Lopes da Costa - UDN.

Silvestre Péricles (.....) - PTB.

Vivaldo Lima - PTB.

Amaury Silva (24 de abril de 1963) - PTB.

Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - Relator - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.

**L) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61**

**(SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE).**

Eleita em 3 de outubro de 1961. Prorrogada.

- até 15 de dezembro de 1962 pelo requerimento 608-61 aprovado em 14 de janeiro de 1961.

- até 15 de janeiro de 1963, pelo requerimento 181-62 aprovado em 17 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.140-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963.

**Memores (16) - Partidos**

Menezes Pimentel - PSD.  
Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - Presidente - PSD.

Lobão da Silveira - PSD.  
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Daniel Krieger - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) - UDN.

Lopes da Costa - UDN.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1962) - Relator - PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.

Amaury Silva (23 de abril de 1963) - PTB.

Vivaldo Lima - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.

**M) Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61**

**(QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS)**

Eleita em 20 de novembro de 1961. Prorrogada.

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Requerimento 605-61 aprovado em 14 de dezembro de 1961.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 782-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Requerimento 1.141-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

**Membros (16) - Partidos**  
Jefferson de Aguiar (23 de abril de 1963) - PSD.

Menezes Pimentel - PSD.  
Filinto Müller - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Ruy Carneiro (23 de abril de 1963) - PSD.

Daniel Krieger (Relator) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.

Rui Palmeira - UDN.  
Amaury Silva - 23 de abril de 1963) - PTB.

Barros Carvalho - PTB.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.

Bezerra Neto (23 de abril de 1963) - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PN.

**N) Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61**

**(APLICAÇÃO DAS COTAS DE POSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS)**

Eleita em 28 de dezembro de 1961. Prorrogada.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 783-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964 pelo Req. 1.142-63 aprovada em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 30 de março de 1962, 29 de outubro de 1962 e 8 de abril de 1963.

**Membros (16) - Partidos**  
Jefferson de Aguiar - PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.

Lopes da Costa - UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.

Josephat Marinho (23 de abril de 1963) - S. leg.

Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.

**O) Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61**

**(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)**

Eleita em 28 de março de 1962. Prorrogada.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 794-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1964, pelo Req. 1.143-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 29 de outubro de 1962, 23 de abril de 1963 e 23 de junho de 1963.

**Membros - Partidos**  
Jefferson de Aguiar - PSD.

Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.

Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.

Guido Mondin (29 de outubro de 1962) - PSD.

Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.

Lopes da Costa - UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.

Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.

Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.

Barros Carvalho - PTB.

Aloysio de Carvalho - PL.

Miguel Couto - PSP.

Cattete Pinheiro (23 de abril de 1963) - PTN.

**P) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62**

**(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).**

Eleita em 10 de maio de 1962. Prorrogada.

- até 15 de dezembro de 1962, pelo Req. 785-62 aprovada em 12 de dezembro de 1962.

- até 15 de dezembro de 1963 pelo Req. 1.144-63 aprovada em 10 de dezembro de 1963.

Completada em 23 de abril de 1963.

## Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Vice-Presidente - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Aurelio Vianna (23 de abril de 1963) - Relator - PSD.

## C) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

## INSTITUIÇÃO DE NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS.

Elta em 23 de maio de 1962.  
Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 156-62, aprovado em 11 de dezembro de 1962.  
- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.145-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.  
Completação em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - UDN.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Relator - UDN.  
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - Presidente - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Lino de Matos - PTN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.

## R) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/62

## AUTORIZA O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL A FIXAR DATA PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO PREVISTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 - ATO ADICIONAL.

Elta em 10 de julho de 1962.  
Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 187-62 aprovado em 12 de dezembro de 1962.  
- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.146 aprovado em 11 de dezembro de 1963.  
Completação em 23 de abril de 1963.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
João Agripino (23 de abril de 1963) - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Silvestre Péricles (23 de abril de 1963) - PTB.

Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Mem de Sá - PL.

## S) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

## DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ANTECADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MÚNICIPAIS.

Elta em 13 de setembro de 1962.  
Prorrogada:  
- até 15 de dezembro de 1963 pelo Requerimento 1.147-63 aprovado em 12 de dezembro de 1963.  
- até 15 de dezembro de 1964 pelo Requerimento 1.148-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Completação em 23 de abril de 1963  
Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Leite Neto (23 de abril de 1963) - PSD.  
Menezes Pimentel - Presidente.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Josephat Marinho (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - UDN.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Mem de Sá - PL.  
Miguel Couto (23 de abril de 1963) - PSP.

## T) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

## AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO

Elta em 13.9.62  
Prorrogada:  
- até 15.12.63 pelo Requerimento 1.149-62 aprovado em 12.12.62.  
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.148-63, aprovado em 16.12.63.  
Completação em 23.4.63.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - Relator - PSD.  
Wilson Gonçalves (23 de abril de 1963) - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Josephat Marinho (23 de abril de 1963) - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Eurico Rezende (23 de abril de 1963) - Vice-Presidente - UDN.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira (23 de abril de 1963) - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Mem de Sá - PL.  
João Leite (23 de abril de 1963) - PR.

## U) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/62

## REVOGA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, QUE INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E O ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1936.

Elta em 6.12.62  
Prorrogada:  
- até 15.12.63 pelo Requerimento 1.151-62, aprovado em 12.12.63.  
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.149-63 aprovada em 10.12.63.

## Membros - Partidos

Ruy Carneiro - PSD.  
Pedro Lucavico - PSD.  
Wilson Gonçalves (23-4-63) - PSD.  
Benedito Volpato - PSD.  
Milton Campos - UDN.  
Heribaldo Vieira - UDN.  
Eurico Rezende (23-4-63) - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
João Agripino (23-4-63) - UDN.  
Amaury Silva (23-4-63) - PTB.  
Nogueira da Gama - PTB.  
Barros Carvalho - PTB.  
Mem de Sá - PL.  
Raul Giuberti - PSP.

## V) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

## (TRABALHO DE MILITARES E MILITARES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Designada em 23.4.63  
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.150-63 aprovado em 15 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Wilson Gonçalves - Relator - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Leite Neto - PSD.  
Amaury Silva - PTB.  
Bezerra Neto - Vice-Presidente - PTB.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.

## (AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS)

Silvestre Péricles - PTB.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Josephat Marinho - Sem Legenda.  
Aloysio de Carvalho - PL.

## W) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

## (DIREITO DE PROPRIEDADE)

Designada em 23.4.63  
Prorrogada:  
- até 15.12.64 pelo Requerimento 1.151-63 aprovado em 10.12.63.  
Membros - Partidos

Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - Presidente - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Heribaldo Vieira - Vice-Presidente - PSD.  
Amaury Silva - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.  
Silvestre Péricles - PTB.  
Artur Virgílio - PTN.  
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.  
Milton Campos - Relator - UDN.  
João Agripino - UDN.  
Josephat Marinho - Sem Legenda.  
Aloysio de Carvalho - PL.

## X) Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

## DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA FEDERAL E MATERIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO.

Designada em 2.5.63  
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento 1.152-63 aprovado em 10 de dezembro de 1963.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.

## Leite Neto - PSD

Amaury Silva - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.  
Vaga do Senador Eduardo Collares - UDN.  
Vice-Presidente - PTB.  
Vaga do Senador Edmundo Assis - UDN.  
Eurico Rezende - Presidente - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Josephat Marinho - Relator - UDN.  
Em Legenda

## Y) Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

## (CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Designada em 25.5.63  
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.153-63 aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Leite Neto - PSD.  
Amaury Silva - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira - PTB.  
Silvestre Péricles - PTB.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Josephat Marinho - Sem Legenda.  
João Agripino - UDN.

## Z) Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

## (DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Designada em 31.5.63  
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.154-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Lobão da Silveira - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
Menezes Pimentel - PSD.  
Leite Neto - PSD.  
Amaury Silva - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Vaga do Senador Humberto Neder - PTB.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Eurico Rezende - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Daniel Krieger - UDN.  
Aloysio de Carvalho - PL.  
Josephat Marinho - Sem Legenda.

## Z-1) Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

## (INELIGIBILIDADE)

Designada em 2.10.63  
Prorrogado até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63.

Membros - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD.  
Ruy Carneiro - PSD.  
Wilson Gonçalves - PSD.  
José Feliciano - PSI.  
Walfredo Gargen - PSD.  
Argemiro de Figueiredo - PTB.  
Bezerra Neto - PTB.  
Silvestre Péricles - PTB.  
Eduardo Levi - PTB.  
Eurico Rezende - UDN.  
Milton Campos - UDN.  
Aloysio de Carvalho - UDN.  
Afonso Arinos - UDN.  
Josephat Marinho - Sem Legenda.  
Raul Giuberti - PSP.  
José Leite - PR.

**Z-2) Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63**

(TRANSFERENCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Designada em 2.10.63  
Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.156-63, aprovado em 10.12.63

**Membros - Partidos**

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
José Feliciano - PSD  
Walfredo Gurgel - PSD  
Argemiro de Figueiredo - PTB  
Bezerra Neto - PTB  
Silvestre Péricles - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Eurico Rezende - UDN  
Milton Campos - UDN  
Aloysio de Carvalho - PL  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda  
Júlio Leite - PR

**Z-3) Projeto de Emenda à Constituição nº 8/63**

Designada em 22.10.63

Prorrogada até 15.12.64 pelo Requerimento número 1.157-63, aprovado em 10.12.63.

**Membros - Partidos**

Jefferson de Aguiar - PSD  
Ruy Carneiro - PSD  
José Feliciano - PSD  
Wilson Gonçalves - PSD  
Bezerra Neto - PTB  
Edmundo Levi - PTB  
Argemiro Figueiredo - PTB

Melo Braga - PTB  
Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
Aloysio de Carvalho - UDN  
Afonso Arinos - UDN  
Josaphat Marinho - Relator - Sem Legenda

Aurélio Vianna - PTB  
Júlio Leite - PR

**Z-4) Projeto de Emenda à Constituição nº 1/64**

(Eleição automática do Vice-Presidente com o Presidente da República)

Designada em 26.2.1964

Jefferson de Aguiar (PSD),  
Ruy Carneiro (PSD),  
Lobão da Silveira (PSD),  
Wilson Gonçalves (PSD),  
José Feliciano (PSD),  
Bezerra Neto (PTB),  
Arthur Virgílio (PTB),  
Antônio Jucá (PTB),  
Oscar Passos (PTB),  
Antônio Carlos (UDN),  
Aloysio de Carvalho (PL),  
Eurico Rezende (UDN),  
Milton Campos (UDN),  
Josaphat Marinho (BPD),  
Júlio Leite (BPD),  
Aurélio Vianna (BPD).

**Z-5) Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64**

(Da nova redação à alínea g, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

- os membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

- os membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Designada em 25.5.1964  
Jefferson de Aguiar (PSD),  
Antônio Balbino (PSD),  
Wilson Gonçalves (PSD),  
Ruy Carneiro (PSD),  
Menezes Pimentel (PSD),  
Edmundo Levi (PTB),  
Bezerra Neto (PTB),  
Arthur Virgílio (PTB),  
Oscar Passos (PTB),  
Afonso Arinos (UDN),  
Milton Campos (UDN),  
Eurico Rezende (UDN),  
Aloysio de Carvalho (PL),  
Josaphat Marinho (BPD),  
Aurélio Vianna (BPD),  
Aarão Steinbruch (BPD).

**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

CRIADAS DE ACORDO COM O ART. 53 DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 149 ALÍNEA A DO REGIMENTO INTERNO.

1ª) Para apurar a aquisição, pelo Governo Federal, dos acêrvos de concessionárias de serviços públicos e a importação de chapas de aço para a Cia Siderúrgica Nacional.

Criada pela Resolução número 11, de 1965, assinada pelo Senhor Nelson Maculan e mais 28 Senhores Senadores (apresentada em 30 de maio de 1963).

Designada em 31 de maio de 1963 - Prazo - 120 dias, até 28 de setembro de 1963.

Prorrogada:

- Por mais 120 dias, em virtude da aprovação do Requerimento número 556-63 do Senhor Senador João Agripino, na sessão de 18 de setembro de 1963 (31 horas).

- por mais um ano em virtude da aprovação do Requerimento número 1.173-63, do Senhor Senador Leite Neto, na sessão de 12 de dezembro de 1963

**Membros - Partidos**

Jefferson de Aguiar - PSD  
Leite Neto (Presidente) - PSD  
Nelson Maculan - PTB  
João Agripino (Relator) - UDN  
Josaphat Marinho - Sem Legenda

2ª) Para apurar fatos apontados da tribuna do Senado e outros, relacionados com irregularidades graves e corrupção no Departamento de Correios e Telégrafos

Criada pela Resolução número 22 de 1963, assinada pelo Senhor Jefferson de Aguiar e mais 33 Senhores Senadores (apresentada na sessão de 30 de outubro de 1963).

Prazo - até o fim da sessão legislativa de 1963.

Prorrogação por 90 dias (até 15 de março de 1964) em virtude do Requerimento número 1.163-63 do Senhor Senador Wilson Gonçalves, aprovado na sessão de 10 de dezembro de 1963 (21.30).

Designação em 6 de dezembro de 1963

Membros (11) - Partidos  
Jefferson de Aguiar - PSD  
Leite Neto - PSD  
Abílio Fontana - PSD  
Wilson Gonçalves - Presidente - PSD

Artur Virgílio - PTB  
Bezerra Neto (8.11.63) - Vice-Presidente - PTB

Melo Braga - PTB  
João Agripino - UDN  
Daniel Krieger - UDN

Eurico Rezende (23.4.63) - UDN  
Aurélio Vianna - PSB

Secretário: Auxílio Legislativo, FL-9, J. Ney Passos Dantas.